



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

IBAMA REALIZA AJUSTES FINAIS PARA O INÍCIO DA OPERAÇÃO RELÍQUIA NO PORTO DE SANTOS

A primeira etapa do trabalho será uma reunião com todas as autoridades envolvidas no rastreamento de cargas perigosas no Porto de Santos

Da Redação



[https://www.atribuna.com.br/image/contenid/policy:1.85426:1579902703/Porto.JPG?f=2x1&\\$p\\$f=e999620&q=0.8&w=1500&\\$w=f075b93](https://www.atribuna.com.br/image/contenid/policy:1.85426:1579902703/Porto.JPG?f=2x1&pf=e999620&q=0.8&w=1500&$w=f075b93)

Operação de mercadorias perigosas será fiscalizada por autoridades (Carlos Nogueira)

Técnicos do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizam os ajustes finais para o início da Operação Relíquia, que será iniciada na

próxima segunda-feira. A primeira etapa do trabalho será uma reunião com todas as autoridades envolvidas no rastreamento de cargas perigosas no Porto de Santos. A atividade deve se estender até o próximo dia 8.

O encontro será realizado na sede da Autoridade Portuária de Santos, novo nome da Companhia Docas do Estado de São Paulo, a Codesp. O objetivo é repassar o cronograma dos trabalhos, que incluirão visitas a terminais que movimentam cargas perigosas – que podem ser produtos químicos ou explosivos.

Além do Ibama, a Autoridade Portuária de Santos, a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), a Receita Federal, as polícias Federal e Militar, o Exército, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor), a Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), a Agência Nacional de Transportes Terrestres e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) vão participar da operação.

Segundo a agente ambiental federal Ana Angélica Alabarce, responsável pelo Ibama na região, as equipes do órgão vão vistoriar os terminais e verificar as condições de armazenagem, além da documentação.

Motivação

No mês passado, uma explosão que aconteceu na zona portuária de Beirute (Líbano) e matou mais de 170 pessoas, além de deixar mais de 6 mil feridos, chamou a atenção para os riscos envolvendo operações de cargas perigosas. Na ocasião, uma carga de nitrato de amônio causou o acidente e a mesma mercadoria é operada em Santos.

A movimentação e a armazenagem de nitrato de amônio ocorrem no Terminal Marítimo do Guarujá (Termag), na Margem Esquerda do Porto (Guarujá). Na Margem Direita (Santos), não há armazenamento e, quando há operação deste produto, ela é feita com descarga direta para caminhões (que deixam a zona portuária de imediato). No ano passado, mais de 2,2 milhões de toneladas de fertilizantes foram desembarcadas no complexo.

Como o nitrato de amônio é produzido em Cubatão, no Complexo Industrial da Yara, a instalação também será vistoriada pela Operação Relíquia. A empresa, especializada em fertilizantes agrícolas, atua em escala global na produção, mistura, armazenamento e distribuição do insumo a partir da cidade.

“Teremos a participação de representantes do Ibama de seis estados: Maranhão, Ceará, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Além disso, em paralelo, o Exército vai fazer, em Cubatão, uma vistoria em 23 instalações em que há produtos perigosos”, destacou Ana Angélica. Segundo ela, a operação será acompanhada por agentes do Ibama de outros estados pois eles pretendem realizar ações semelhantes em seus complexos marítimos.

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 18/09/2020



PORTAL PORTO GENTE

PORTO SECO MULTILOG DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS RECEBE A MELHOR NOTA NA AVALIAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, SEGURANÇA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Oficina das Palavras - Categoria: Notícias Corporativas

Quatro meses depois de completar um ano de funcionamento no novo endereço, o Porto Seco operado pela Multilog em São José dos Pinhais (PR) já supera as expectativas. A unidade recebeu a melhor nota na avaliação semestral de recinto alfandegado, que teve como foco a análise da Infraestrutura, Segurança e Prestação de Serviço da Unidade. “Apesar de toda a situação da pandemia, o Porto Seco conseguiu alcançar um dos melhores índices de satisfação dos últimos anos. Isso é resultado de um trabalho focado em inovação e eficiência”, citou o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil (RFB) e chefe do Serviço de Despacho Aduaneiro (SEAD), Sérgio Schuarça.

Na busca constante por otimizar processos e garantir segurança plena dos trâmites, a Multilog mantém foco em novas estratégias. Nos últimos meses, implantou diversas medidas que garantiram agilidade nos processos aduaneiros, como a vistoria remota, visando contribuir para o abastecimento do mercado, mesmo diante do cenário desafiador. “Nos antecipamos à implantação de algumas estratégias que já vinham sendo estudadas para contribuir com o desenvolvimento do setor. Acreditamos que esta busca por diferenciação e excelência se refletiu nos resultados que tivemos no Porto Seco de São José dos Pinhais”, acrescenta Juliane Wolff, Gerente de Relações Institucionais da Multilog.

Sobre a Multilog

A Multilog possui estrutura e inteligência para desenvolver soluções completas e diversificadas para operações alfandegadas, centros de distribuição e transportes, além de possuir grande expertise nos segmentos químico, de saúde, bens de consumo, automotivo e industrial. Atualmente, conta com 20 unidades de negócio, em quatro diferentes estados (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e 1,5 milhão de metros quadrados de área alfandegada. A empresa possui mais de 1,5 mil colaboradores e premiações como Top Of Mind, Prêmio Sindusfarma de Qualidade, ISO 9001:2015, Certificação OEA, Great Place to Work (Melhores Empresas para Trabalhar), entre outros.

Fonte : Portal Porto Gente

Data : 18/09/2020

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

BALANÇA DO AGRONEGÓCIO TEM SUPERÁVIT RECORDE DE US\$ 61,5 BI ATÉ AGOSTO, DIZ CNA

Crédito: Arquivo/Agência Brasil/Portal Governo Brasil



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/09/porto-agb-portal-governo-brasil-768x432.jpg>

As exportações somaram, em receita, US\$ 69,6 bilhões no acumulado dos oito primeiros meses deste ano, alta de 8,3% em relação ao mesmo período de 2019 (Crédito: Arquivo/Agência Brasil/Portal Governo Brasil)

São Paulo, 18 – A balança comercial brasileira do agronegócio registrou superávit recorde de US\$ 61,5 bilhões de janeiro a agosto de 2020. As exportações somaram, em receita, US\$ 69,6

bilhões no acumulado dos oito primeiros meses deste ano, alta de 8,3% em relação ao mesmo período de 2019, e 152,4 milhões de toneladas em volume (aumento de 15,8%). Já as importações no período (US\$ 8,1 bilhões) tiveram queda de 11,9% ante igual período de 2019.

Os dados foram divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com base nas informações do Ministério da Economia.

Os produtos mais exportados foram: soja em grãos (US\$ 25,7 bilhões); carne bovina in natura (US\$ 4,8 bilhões); o açúcar de cana em bruto (US\$ 4,2 bilhões); a celulose (US\$ 4 bilhões) e farelo de soja (US\$ 3,9 bilhões). Esses cinco produtos representaram 61,3% dos embarques totais no período.

Em contrapartida, foram destaque na importação no período: trigo (US\$ 986,2 milhões); papel (US\$ 442,5 milhões), álcool etílico (US\$ 354,7 milhões) e malte (US\$ 303,1 milhões).

A China foi o principal destino dos produtos brasileiros de janeiro a agosto, com receita de US\$ 26,4 bilhões e uma parcela de 38% das exportações. O segundo mercado foi a União Europeia, que respondeu por 16% dos embarques do agro, que somaram US\$ 11,3 bilhões. As vendas para os Estados Unidos foram de US\$ 4,2 bilhões, fatia de 6,1% do total. Japão e Hong Kong completam a lista dos principais consumidores no acumulado de 2020.

Agosto

No desempenho mensal, as exportações em agosto totalizaram US\$ 8,9 bilhões, fechando o mês com saldo positivo de US\$ 8 bilhões, aumento de 7,8% em relação a agosto de 2019. Em volume, o total embarcado foi de 22,2 milhões de toneladas, variação de 15,4% na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Os principais produtos exportados no mês foram a soja em grãos (US\$ 2,2 bilhões), o milho (US\$ 1 bilhão) o açúcar de cana em bruto (US\$ 824,3 milhões), a carne bovina in natura (US\$ 654,2 milhões) e o farelo de soja (US\$ 497 milhões), que tiveram participação de 58,7% do total das vendas externas no mês. China, União Europeia, Estados Unidos, Coreia do Sul e Tailândia foram os principais destinos dos produtos do agro brasileiro.

A CNA também analisou o comércio de alguns produtos que fazem parte do escopo do projeto Agro.BR, desenvolvido em parceria com a Apex Brasil para estimular a inserção de pequenos e médios produtores rurais no mercado internacional. Destaque para chá, mate e especiarias, frutas, lácteos, pescados e produtos apícolas.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 18/09/2020

CORRIDA CONTRA O RELÓGIO

Depois de meses de letargia, discursos desencontrados e troca de farpas, governo e Congresso tentam acelerar aprovação de projetos antes das eleições municipais.

Por Jaqueline Mendes



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/09/66-2.jpg>

Como manda a cartilha da conhecida velha política, integrantes da equipe do governo e protagonistas do Congresso querem acelerar a aprovação de projetos considerados prioritários antes das eleições municipais, em novembro. O objetivo é nobre, mas a motivação nem tanto. A ideia, ao que tudo indica, é que os discursos de palanque de candidatos ligados

a partidos governistas ganhem mais sustância e, assim, ajudem a ampliar a base de suporte ao Executivo a partir do ano que vem. A corrida contra o relógio tem o apoio declarado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que tem a ambição de se reeleger seduzindo, principalmente, apoio da base bolsonarista. “O que poderia ter sido debatido e aprovado ao longo do ano será, agora, feito às pressas para atender aos anseios políticos do Congresso e do presidente”, afirmou o cientista político pela Escola de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) Fernando de Souza.

Entre os projetos principais, 11 se destacam. Entre eles estão as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo e dos Fundos Públicos, a Lei de Recuperação Judicial e Falências, Lei do Gás e a autonomia do Banco Central. “O governo Bolsonaro é ineficiente sob o ponto de vista legislativo. Envia projetos de lei, medidas provisórias, edita decretos, mas não tem muita capacidade de aprová-los”, disse Souza.

Essa incapacidade é expressa em números. Nos seus primeiros 600 dias, o governo Bolsonaro enviou 42 propostas legislativas ao Congresso, mas havia conseguido aval para apenas cinco delas. Além disso, das 11 primeiras medidas provisórias (MPs) editadas pelo governo Bolsonaro, sete perderam a validade por não terem sido votadas a tempo. “O governo tem certo desinteresse pelas próprias propostas que envia ao Legislativo”, afirmou o especialista da FGV.

NA LINHA DE TIRO Novos marcos regulatórios para os setores de cabotagem, ferrovias e gás, além da autonomia do Banco Central, estão na agenda do governo para aprovação no Congresso antes de novembro.



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/09/65-2-768x432.jpg>

NA LINHA DE TIRO Novos marcos regulatórios para os setores de cabotagem, ferrovias e gás, além da autonomia do Banco Central, estão na agenda do governo para aprovação no Congresso antes de novembro. - Foto: Dida Sampaio

Uma das ideias em pautas agrada especialmente ao ministro Paulo Guedes, alvo de fritura pública quase diária por parte do presidente da República. Essa proposta é o projeto de lei que acaba com a preferência da Petrobras no regime de partilha de pré-sal, e a possível privatização da estatal PPSA. O time do governo também pretende acelerar outros dois projetos relativos ao setor elétrico. O primeiro, uma medida provisória que altera regras para reduzir tarifas de energia. O segundo, sobre o marco regulatório que permite, por exemplo, que o cliente possa fazer a portabilidade da conta de luz entre as distribuidoras de energia. Há também um projeto de lei que trata do incentivo à navegação de cabotagem e o Marco Legal das Ferrovias.



PRIORIDADE

Temas encaminhados
ao Congresso que deverão ser
votados até novembro

1. Propostas de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo
2. PEC dos Fundos Públicos
3. Autonomia do Banco Central
4. Lei de Recuperação Judicial e Falências
5. Lei do Gás
6. Partilha de pré-sal
7. Privatização da estatal PPSA
8. Medida provisória que altera regras para reduzir tarifas de energia
9. Marco regulatório do setor elétrico, que possibilita a portabilidade da conta de luz
10. Incentivo à navegação de cabotagem
11. Marco Legal das Ferrovias.

Fonte: Governo federal

Uma preocupação que alimenta a pressa na aprovação dos projetos é o crescente desgaste entre Bolsonaro e Guedes. Alguns parlamentares temem que a desidratação do poder do superministro prejudique alguns projetos liberais no campo econômico, entre eles pautas como as reformas tributária e administrativa. “Queremos muito que o governo preserve as ideias que o elegeu, de um estado mais eficiente e liberal”, afirmou o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ). “O governo perdeu nomes importantes, Paulo Uebel e Salim Mattar, e esperamos não perder o Paulo Guedes e o Waldery (Rodrigues, secretário especial de Fazenda), que são nomes importantes.”

<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2020/09/62-2.jpg>

Renda Brasil: nem começou e já acabou

Em tom de chique, o presidente Jair Bolsonaro colocou uma pedra sobre o programa Renda Brasil, uma nova roupagem do Bolsa Família de governos petistas. Em vídeo transmitido na internet, Bolsonaro mandou “enterrar” o programa e desautorizou integrantes da equipe econômica a pronunciar o nome da iniciativa que ele, semanas atrás, celebrou. O recado foi disparado após o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, ter concedido entrevista sobre o tema e confirmado a ideia de congelar os benefícios previdenciários por dois anos, especialmente aposentadorias, pensões, auxílio doença e salário-família.

A nova discordância entre o Ministério da Economia e Bolsonaro ganhou ressonância depois de as propostas terem sido consideradas impopulares demais. “Sobre o Renda Brasil, eu falei ontem que está suspenso. Vamos voltar a conversar. A proposta que chegou para mim não irá para o Parlamento. Não podemos tirar dos pobres para dar aos paupérrimos. Não podemos fazer isso”, afirmou Bolsonaro no vídeo, visivelmente contrariado. Mesmo com suspensão, horas depois o senador Márcio Bittar (MDB-AC), relator do Orçamento da União para 2021, disse que foi autorizado pelo presidente a incluir despesas com um novo programa social em seu relatório. A fala colocou em dúvida a, até então, morte do Renda Brasil.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro
Data : 18/09/2020

JUSTIÇA SUSPENDE AVANÇO DE MINERAÇÃO DA GERDAU NA SERRA DA MOEDA

Uma decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte suspendeu os efeitos da reunião ordinária do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) de Minas Gerais, de 29 de maio, que decidiu a favor do pedido de licenciamento da Gerdau Açominas para ampliar atividades minerárias na Serra da Moeda, Região Metropolitana de Belo Horizonte.

De acordo com informações do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a intenção da empresa era instalar uma pilha de resíduos de mineração que não foram processados em duas áreas próximas às unidades de conservação: Estação Ecológica Estadual de Arêdes e o Monumento Natural Estadual da Serra da Moeda.

O pedido de suspensão foi feito na Justiça sob o argumento de que não existia anuência da aprovação do licenciamento pelos conselheiros que fazem parte do Copam.

O Instituto Estadual de Florestas (IEF), seus diretores e o presidente da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Copam figuram como réus no processo. Agora, eles têm prazo de 30 dias para contestar o pedido e apresentar provas.

O juiz Elton Pupo Nogueira também determinou que a Gerdau Açominas seja parte no processo por eventual decisão que afete os interesses da mineradora.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 18/09/2020

AGRONEGÓCIO EVITOU QUE BRASIL ENTRASSE EM COLAPSO ECONÔMICO, DIZ BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro voltou a enaltecer a participação do agronegócio na manutenção da economia brasileira durante o período da pandemia da covid-19. Ele participou nesta sexta-feira, 18, de evento em Sorriso (MT) para entrega de cerca de 1.800 títulos de propriedade rural a agricultores familiares. “O agronegócio em grande parte evitou que Brasil entrasse no colapso econômico e mais do que nos deu segurança alimentar, não só a 210 milhões de brasileiros bem como a mais de um bilhão de outras pessoas que vivem ao redor desse enorme mundo. Vocês estão de parabéns. Vocês são nosso orgulho”, declarou.

Bolsonaro afirmou que o Estado de Mato Grosso foi um dos que não se “acovardou” e enfrentou o novo coronavírus. “O vírus, eu sempre disse, era uma realidade e tínhamos que enfrentá-lo, nada de se acovardar perante aquilo que não podemos fugir, essa região, esse Estado, agiu dessa maneira.”

Mais uma vez, o presidente também fez críticas à política do “fica em casa” adotada no combate à pandemia. “Vocês não pararam durante a pandemia, vocês não entraram na conversinha mole de fica em casa a economia vemos depois, isso é para os fracos”, disse.

Queimadas

Em seu discurso, ele não comentou sobre a situação das queimadas que assolam o Estado, principalmente na região do Pantanal. E, apesar das vaias direcionadas ao governador Mauro Mendes (DEM), Bolsonaro fez questão de cumprimentá-lo em sua fala. “Hoje nós vivemos numa política bastante saudável com o parlamento brasileiro, bem como com a maioria dos governadores, como nosso governador aqui de Mato Grosso”, destacou.

Poderes

O presidente agradeceu o apoio popular ressaltando que é a base da harmonia no governo e dos poderes públicos. "Não tem nenhum Poder melhor que o outro, nenhum Poder superior a outro. Somos três poderes, independentes, e assim devemos continuar sendo. O apoio de vocês faz a diferença e faz com que possamos conviver em paz, liberdade e harmonia", disse.

Ele aproveitou para elogiar os ministros Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), que o acompanham nas agendas em Mato Grosso nesta sexta-feira. Também estavam no evento o secretário Especial de Assuntos Fundiários do Mapa, Nabhan Garcia, e parlamentares do Estado.

Em Sorriso, Bolsonaro deve ainda participar do lançamento simbólico do plantio de soja no Estado. Pela agenda oficial, não consta compromisso em relação ao combate às queimadas que afetam o Mato Grosso, principalmente na região do Pantanal. O presidente deve retornar a Brasília às 18h30.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 18/09/2020



EXTRA ONLINE

PETROBRAS TEM VOTO CONTRÁRIO DE RELATOR EM AÇÃO NO STF CONTRA VENDA DE REFINARIAS

Por Luciano Costa

SÃO PAULO (Reuters) - O julgamento pelo plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) de um pedido para impedir que a Petrobras possa vender de imediato suas refinarias começou com voto contrário à estatal pelo relator, ministro Edson Fachin.

A análise do pedido das Mesas da Câmara dos Deputados, do Senado e do Congresso ocorre com prazo até 25 de setembro para apresentação dos votos, e vem enquanto a Petrobras negocia a privatização de suas unidades de refino da Bahia (Rlam) e do Paraná (Repar), com planos de se desfazer ao todo de oito refinarias.

O movimento das mesas legislativas contra as operações tem como base acusação de que a empresa estaria fatiando seus ativos em subsidiárias, cuja desestatização não depende de aprovação parlamentar, para "contornar" uma decisão anterior do STF segundo a qual a venda de empresas-mãe precisaria de aval do Congresso.

Ao analisar o caso, Fachin opinou pela concessão de liminar contra a venda das refinarias, ao destacar que deveria ser suspensa a criação de subsidiárias pela Petrobras "com o simples intuito de alienação dos ativos", segundo voto visto pela Reuters.

O ministro disse entender que a própria Petrobras teria admitido que a estratégia para a negociação das refinarias passa pela criação de quatro subsidiárias integrais para receber os ativos que seriam vendidos, sendo que essas empresas teriam 100% de suas ações alienadas.

"Não está se afirmando que essa venda não seja possível, necessária ou desejável dentro do programa de desinvestimentos da empresa, mas que essa ação depende do necessário crivo do Congresso Nacional e procedimento licitatório", defendeu Fachin.

Caso a maioria dos ministros do STF concorde com o relator até o prazo final para os votos, 25 de setembro, a venda das refinarias da Petrobras poderá ser suspensa.

Após o movimento das mesas legislativas contra os planos da Petrobras, os ministérios de Minas e Energia e da Economia divulgaram nota em que afirmaram que a medida está alinhada à política energética nacional e não iria contra entendimento do STF. [nL1N2ED0DJ]

No final de julho, o Tribunal de Contas da União (TCU) já havia emitido parecer favorável à continuidade do processo de venda das refinarias.[nL2N2F036K]

A primeira refinaria da Petrobras ir a mercado, a Rlam, da Bahia, está em negociação exclusiva com o fundo Mubadala, de Abu Dhabi.

Além disso, a estatal segue em processo de negociação mais avançada da Repar, do Paraná, que atraiu a atenção de empresas como Raízen (joint venture entre a Shell com o conglomerado de energia e logística Cosan) e Ultrapar, dona da Rede Ipiranga.

Fonte : Extra Online

Data : 18/09/2020

MINISTRO PROMETE DUPLICAÇÃO DA BR-163 ATÉ SINOP E CONTRATO DA FICO ASSINADO EM NOVEMBRO

Por Roberto Samora

(Reuters) - A duplicação da BR-163, importante rodovia para escoamento de produtos agrícolas de Mato Grosso, vai ser completada até 2021 entre Rondonópolis e Cuiabá, e deverá ser realizada em algum momento também até Sinop, ao norte do Estado, disse o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, nesta sexta-feira.

"Sei que a 163 é uma necessidade, e aí quero dizer que até o ano que vem vamos terminar a duplicação de Rondonópolis até Cuiabá, fazendo os contornos que estão faltando", disse o ministro, em evento com o presidente Jair Bolsonaro, em Sinop.

O ministro também falou em dar uma "solução para a Rota do Oeste muito em breve". Mas não entrou em detalhes, na referência à concessionária da rodovia, em seu discurso.

"Vamos ter uma nova realidade, um novo contrato, e essas obras acontecerão. Sabemos que tem que duplicar até Sinop, e ela vai ser duplicada. Não é só a 163, é a 242, 158, 174 e 364, e vamos ver isso acontecendo", declarou ele, ressaltando que o governo se preocupa com a infraestrutura para tornar o Brasil também eficiente da "porteira para fora".

Com a conclusão de pavimentação de um trecho da BR-163, no Pará, o custo do frete rodoviário caiu mais de 15% para escoar a segunda safra de milho deste ano, conforme dados do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), uma indicação dos benefícios que as melhores condições das estradas podem trazer para o produtor rural.[nL1N2F71D9][nL1N2AE19N]

FERROVIAS

Segundo o ministro, o Mato Grosso não será somente o maior produtor de alimentos do Brasil, mas também terá o maior entroncamento de ferrovias do país.

Ele afirmou que a Ferrogrão sairá de Lucas do Rio Verde, enquanto a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico) também passará pelo município, situado em uma das principais regiões agropecuária do país, no meio do Estado.

Segundo ele, o contrato para viabilizar a Fico vai ser assinado em novembro.

"A primeira perna (da Fico) já estará em obras no ano que vem, de Água Boa até Mara Rosa em Goiás, ligando o Vale do Araguaia à ferrovia Norte-Sul. Depois ela vai se estender até Lucas... ela

vai se tornar uma realidade. Estou impressionado com o apetite dos investidores, que acreditam aqui, não só no Mato Grosso, na capacidade das pessoas que estão aqui...", afirmou.

No caso da Ferrogrão, o projeto original indicava início da estrada de ferro em Sinop --e não em Lucas do Rio Verde--, ligando a região produtora até o porto fluvial de Miritituba, no Pará, de onde saem barcaças com grãos até os portos do Amazonas, para serem carregados em navios graneleiros que avançam pelo Oceano Atlântico.

O trajeto da Ferrogrão é paralelo à BR-163, em direção ao norte, e servirá para aliviar o fluxo de caminhões na importante rodovia.

Fonte : Extra Online

Data : 18/09/2020

PREÇO DO MINÉRIO DE FERRO SE RECUPERA NA CHINA COM FOCO EM ESTOQUES NOS PORTOS

Por Enrico Dela Cruz

MANILA (Reuters) - O minério de ferro se recuperou após três sessões de perdas na China com dados da indústria mostrando que o crescimento dos estoques nos portos chineses desacelerou esta semana, mas os contratos de referência registraram perdas semanais.

O contrato de minério de ferro mais negociado, para janeiro de 2021, fechou em alta de 1,6%, para 803 iuanes (118,90 dólares) a tonelada, na bolsa de Dalian DCIOcv1>.

No entanto, caiu 3,6% em relação à semana passada, a queda semanal mais acentuada em quase sete meses.

Os estoques de minério de ferro importado nos 45 principais portos da China permaneceram praticamente estáveis em 114,9 milhões de toneladas até quinta-feira, um aumento marginal de 363.600 toneladas ou 0,3% em relação à semana passada, de acordo com a pesquisa semanal do provedor de dados de metais Mysteel.

A retração nos preços do minério de ferro esta semana também seguiu a queda na produção de aço na China, já que os custos mais altos das matérias-primas pressionaram as margens.

((Tradução Redação São Paulo 55 11 56447751))REUTERS RS

Fonte : Extra Online

Data : 18/09/2020

NEOENERGIA RENOVÁVEIS FECHA COMPRA DE PROJETOS EÓLICOS NA BAHIA POR R\$80 MI

Por Roberto Samora

SÃO PAULO (Reuters) - A Neoenergia Renováveis, controlada de forma indireta pela Neoenergia NEOE3.SA>, firmou contrato com a PEC Energia para comprar projetos "pipeline" de geração de energia eólica, com potencial a ser instalado de aproximadamente 400 MW, na Serra da Gameleira, na Bahia.

O valor total da aquisição pode chegar a 80 milhões de reais, a serem pagos a partir do fechamento da operação e em função do atingimento de determinados marcos de desenvolvimento dos parques, segundo a elétrica.

A companhia disse ainda em comunicado nesta sexta-feira que passou a ser titular do direito ao futuro exercício de Opção de Compra, junto à PEC Energia, de outros projetos eólicos na região da Serra da Gameleira.

A opção poderá ser exercida a critério da Neoenergia Renováveis.

"A aquisição reforça a execução do plano estratégico de longo prazo da Neoenergia, atendendo às políticas de rentabilidade e alocação eficiente de capital do Grupo, além do comprometimento em ampliar a participação de fontes de energia renovável na matriz energética brasileira...", disse.

Fonte : Extra Online

Data : 18/09/2020



EPOCA NEGÓCIOS

FRANÇA DECLARA OPOSIÇÃO A ACORDO ENTRE UE E MERCOSUL

Motivo é preocupação com desmatamento no Brasil

O governo da França afirmou nesta sexta-feira (18) que se opõe ao atual acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul devido a "grandes" preocupações a respeito do desmatamento.

A declaração chega em meio à repercussão dos incêndios florestais na Amazônia e no Pantanal e das tentativas do governo do presidente Jair Bolsonaro de minimizar a crise ambiental nos dois biomas.

Segundo a agência AFP, o governo da França formulou três "exigências" para continuar as negociações do tratado comercial, incluindo o respeito às metas do Acordo de Paris sobre o clima, assinado em 2015, e o alinhamento das importações a normas sanitárias e ambientais da União Europeia.

"O projeto de acordo não tem qualquer disposição para disciplinar as práticas dos países do Mercosul em matéria de combate ao desmatamento. Essa é a principal lacuna desse acordo e a principal razão para as autoridades francesas se oporem ao projeto de acordo", disse o governo.

Recentemente, o primeiro-ministro Jean Castex recebeu um relatório de 184 páginas que considera o acordo de livre comércio com o Mercosul uma "oportunidade perdida pela União Europeia de utilizar seu poder de negociação para obter garantias sólidas" em matéria ambiental, sanitária e social.

O tratado comercial foi assinado em 2019, após 20 anos de negociações, mas precisa ser ratificado por todos os parlamentos nacionais envolvidos - alguns deles, como dos Países Baixos e da Áustria, já aprovaram moções pedindo a rejeição do acordo.

O presidente da França, Emmanuel Macron, também já disse que não ratificará o tratado se o governo brasileiro não garantir a proteção da Amazônia, enquanto a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, afirmou recentemente que tem "sérias dúvidas" sobre o acordo devido à crise na floresta tropical.

Fonte : Epoca Negócios

Data : 18/09/2020



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

KIM KATAGUIRI ACREDITA EM APROVAÇÃO DA LEI GERAL DO LICENCIAMENTO ATÉ DEZEMBRO

PL 3729/2004, no entanto, está fora da lista de prioridades de Rodrigo Maia
Por Guilherme Serodio 18 de setembro de 2020 - Em Congresso, Meio ambiente

O relator da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, Kim Kataguirí (DEM/SP) afirmou nesta quinta (17) que o texto deve ser votado na Câmara ainda este ano, na janela de três semanas que ocorrerá entre o período eleitoral e o recesso parlamentar de 22 de dezembro.

Afirma que está próximo de um acordo com a oposição ao governo e com parlamentares ambientalistas. O deputado fez as afirmações durante evento da Associação Brasileira de Centrais Hidrelétricas (Abrapch).

Kataguirí pediu a relatoria do texto ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), no ano passado e atua para tentar construir um consenso, especialmente entre a bancada do agronegócio e ambientalistas.

A versão atual do texto é criticada, contudo, por automatizar as licenças ambientais ao permitir que uma ampla gama de empreendimentos conte com o recurso da Licença por Adesão e Compromisso (LAC).

Organizações ambientais entendem que modelo elimina em muitos casos a necessidade de licenciamento com estudos de impacto para cada empreendimento, como ocorre hoje para projetos de maior complexidade e risco ambiental. E defendem o uso da LAC de forma restrita aos projetos de baixo impacto e baixo risco ambiental, além de gerar um alto risco de judicialização.

“Até barragem de mineração vai passar por LAC dessa forma”, destacou uma fonte próxima da negociação sobre o texto, em condição de anonimato.

Ano passado, Kataguirí tentou, sem sucesso, aprovar uma das versões dos textos, confiando que poderia conseguir chegar a um consenso.

Licenciamento fora das prioridades de Maia

Em julho deste ano, o presidente da Câmara anunciou uma força-tarefa responsável por elaborar uma lista de projetos prioritários da área ambiental que Maia pretende votar ainda este ano. A Lei Geral do Licenciamento ficou de fora da lista.

Parlamentares ouvidos pela epbr estão descrentes quanto à possibilidade de aprovar as matérias no plenário até dezembro, mesmo que sejam textos consensuais.

Para eles, a agenda da Câmara dos Deputados já estará cheia com o debate da reforma tributária e a necessidade de aprovar a Lei Orçamentária de 2021 em dezembro.

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 18/09/2020

NOVO PROJETO DE EÓLICA OFFSHORE EM DESENVOLVIMENTO NO ESPÍRITO SANTO

Por epbr 17 de setembro de 2020 - Em Eólica, Newsletter Diálogos da Transição

Nova eólica offshore no Espírito Santo

Mais um parque eólico offshore está sendo desenvolvido, desta vez no litoral do Espírito Santo – confirmando a corrida de empresas por um lugar nesta nova fronteira de geração de energia renovável no país.

A Votu Winds, uma empresa recém-criada, com sede no Rio de Janeiro, vê a possibilidade de instalação de parques com 480 MW, em três fases, totalizando 1.440 MW de capacidade instalada.

A empresa optou por uma região com intensa atividade offshore, graças aos complexos portuários, a movimentação de cargas e a atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

Os parques da Votu Winds são pensados para a região entre os municípios de Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy, no Sul do Espírito Santo, próximos da divisa com o Rio de Janeiro

Estão entre o Porto do Açú, no Norte Fluminense, e Porto Central, no Espírito Santo, que podem servir como bases para construção, instalação e operação dos aerogeradores.

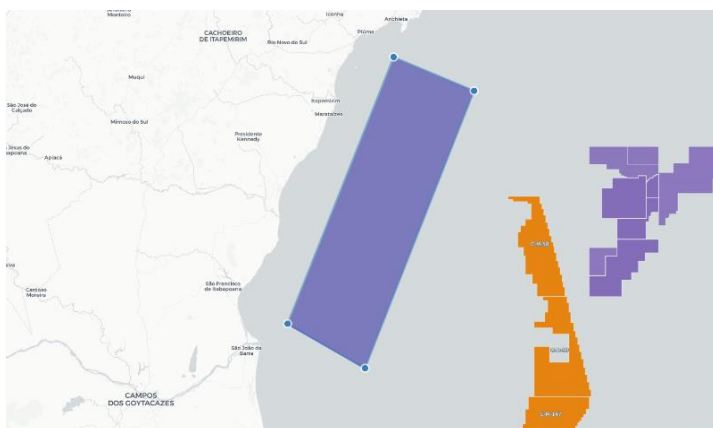
Inicialmente, prevê a instalação de 48 turbinas de 10 MW de capacidade em cada parque. Projeto considerou as características das turbinas SG 10.0-193 DD, da Siemens Gamesa, mas a empresa vê possibilidade de ganhos de escala, com instalação de aerogeradores mais potentes.

Informações constam em documentos enviados aos órgão de licenciamento, que a epr teve acesso.

Aerogeradores de maior capacidade são uma tendência tanto entre desenvolvedores de projetos novos, como os brasileiros, e operadoras de parques eólicos em mercados mais consolidados, a exemplo da Europa ou da Ásia.

A Neoenergia, por exemplo, considera aerogeradores de 15 MW no licenciamento de parques no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará, complexos que totalizam 9 GW de capacidade.

A Equinor, por sua vez, optou por turbinas de 12 MW para de Aracatu I e Aracatu II, no Rio de Janeiro. Prevê uma potencial total de 4 GW a 6,7 GW – lembrando que ainda são projetos em fase de licenciamento ambiental.



Aliás, Daniel Schumacker, Business Developer da Equinor, fez uma apresentação nos Diálogos da Transição de agosto, justamente, sobre os ganhos de escala em projetos como o Hywind, um esforço para desenvolver parques offshore em águas mais profundas, com ventos mais constantes e turbinas mais potentes.

https://mcusercontent.com/12e52eef62fda_d8fe6b4ba270/images/b5043d25-db7b-4b48-b6ef-375272ec9664.png

Região onde a Votu Winds vê potencial para instalação de três parques eólicos offshore no Espírito Santo, com capacidade total de 1.440 MW. Projeção aproximada.

16,7 GW de potência no offshore

Com a adição de 1,44 GW da Vestu Winds, o Brasil chega a 16,7 GW de capacidade de geração de energia eólica offshore em projetos em diferentes fases de maturidade.

Atualmente, os parques eólicos gerando energia em terra têm 16,1 GW de potência instalada, de um total de 26,4 GW outorgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Eólica é a 3ª maior fonte em capacidade, com 13% de toda a potência outorgada – fica atrás das térmicas, com 25%, e das hidrelétricas, com 49%.

Veja os parques e as capacidades totais por empresa, considerando os projetos em desenvolvimento, sem levar em conta a situação do licenciamento:

- Neoenergia: complexos Águas Claras (RS), Maravilha (RJ) e Jangada (CE), com 9 GW;
- Equinor: parques Aracatu 1 e 2 no Rio de Janeiro, com 4 GW, podendo chegar a 4,7GW;
- BI Energia, Camocim e Caucaia-Parazinho, ambos no Ceará, com 1,5 GW;
- Vestu Winds, com os três parques no Espírito Santo e 1,4 GW;
- Eólicas do Brasil, em Asa Branca, também no Ceará, com 0,7 GW;

Curtas

Até o fechamento desta edição, a ANP ainda realizava a audiência pública sobre a especificação do diesel verde, um debate que antecipa a discussão sobre o desenho do mercado com a entrada de um novo combustível na matriz...

...A proposta da ANP cita a intenção de estabelecer uma mistura ternária, um padrão de diesel comercial constituído de biodiesel, diesel verde (HVO) e diesel fóssil, a ser enquadrado posteriormente na política federal para o combustível – hoje, de mistura obrigatória entre diesel e biodiesel em 12% (B12), com previsão de 15% (B15) em 2023.

...O IBP defende, contudo, que a regulamentação deve permitir a competição entre o biodiesel e o novo diesel verde. “Fica evidente a necessidade de incorporação à regulamentação dos avanços tecnológicos, possibilitando a inclusão de outros combustíveis renováveis produzidos a partir da biomassa, que podem ser utilizados em substituição ao diesel fóssil ou para atendimento ao teor compulsório de biocombustível na mistura do diesel”.

...Os produtores de biodiesel, em geral, defendem a especificação proposta pela ANP (a discussão que, de fato, está ocorrendo) – diesel verde será aquele obtido a partir de biomassa.

...A Petrobras propõe incluir a rota de coprocessamento “em unidades de hidrocessamento [HDT] de óleo diesel mineral com óleo vegetal, gordura animal, ácidos graxos, óleo de algas e resíduos como óleo de cozinha”, com a possibilidade de a empresa competir no mercado de biodiesel.

*Fonte : Agência EPBR de Notícias
Data : 18/09/2020*



JORNAL O GLOBO – RJ

**BOLSONARO SANCIONA PROJETO E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
ENTRA EM VIGOR NESTA SEXTA**

Empresas e órgãos públicos e privados deverão tomar medidas para evitar vazamento de informações pessoais

Por Gabriel Shinohara

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) já começa a valer nesta sexta-feira. A partir dessa sanção, empresas e órgãos públicos e privados deverão adotar uma série de medidas para evitar que cidadãos tenham seus dados vazados.

A previsão original era que a vigência da nova lei começasse em agosto deste ano. No entanto, em abril, o governo editou uma medida provisória para adiar o início das regras para maio de 2021.

Na tramitação da MP no Congresso Nacional, a Câmara decidiu por um prazo menor, para janeiro de 2021. Ao chegar no Senado, os parlamentares rejeitaram a mudança de data por completo.

A decisão do Senado fez com que o governo tivesse que criar às pressas a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão essencial para o funcionamento da LGPD. A ANPD é ligada à Presidência da República e tem a função de editar normas sobre o tratamento de dados no país.

Como vai funcionar

Conheça alguns detalhes da LGPD, como os direitos dos titulares dos dados, no caso as pessoas, e as obrigações das empresas.

O que são dados pessoais?

Segundo a LGPD, dado pessoal é toda “informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável”, como nome, endereço, telefone, informações bancárias, números de documentos, entre outros.

E dados pessoais sensíveis?

A lei especifica dados sensíveis os dados pessoais sobre “origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico”.

O QUE É A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS?

- A Autoridade Nacional de Proteção de Dados é o “órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional”.
- Ela será o ponto de contato com as empresas, com poderes para solicitar informações e função de receber queixas de usuários e comunicação de incidentes de segurança. Também cabe à autoridade aplicar sanções e regulamentar vários pontos da lei.

Quais as obrigações das empresas?

- O princípio da LGPD é o respeito com os titulares dos dados: as pessoas. Por isso, empresas que fazem uso dessas informações devem ter cuidado desde a coleta até o descarte, oferecendo o máximo de transparência e segurança.

Quais os direitos dos titulares?

- Com a vigência da lei, as pessoas terão direito a receber informações explícitas, legítimas e específicas sobre como os dados serão tratados. Além disso, elas poderão consultar, de forma fácil e gratuita, como seus dados estão sendo tratados. E a qualquer momento elas podem revogar o consentimento e exigir a eliminação dos dados.

Quais as sanções previstas, em caso de descumprimento?

- A lei prevê que a autoridade nacional poderá aplicar uma série de sanções contra empresas, que vão desde a advertência, com indicação de prazo para medidas corretivas, e multa de até R\$ 50 milhões, à suspensão, ou até mesmo proibição, “do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados”.
- Entretanto, a lei do Regime Jurídico Emergencial, criada por causa da pandemia, adiou o início das aplicações das sanções para 1º de agosto de 2021.
- Opinião: Lei de proteção aos dados pessoais qualifica o país

Para que as empresas podem coletar e fazer uso de dados pessoais?

- A lei estabelece as condições de uso. Os dados pessoais podem ser tratados para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória; pela administração pública, para a execução de políticas públicas; para a realização de estudos por institutos de pesquisas;
- Para a execução de contratos dos quais o titular seja parte; para processos judiciais, administrativos ou arbitrais; para a proteção da vida do titular ou de terceiro; para a tutela da saúde; quando necessários para atender aos interesses legítimos das empresas; ou para a proteção de crédito. Para todos os outros casos, os interessados nos dados devem conseguir consentimento do titular.

Existem exceções?

- A LGPD não se aplica ao tratamento de dados realizado por pessoas para fins exclusivamente particulares e não econômicos, ou para fins jornalístico e artístico; acadêmicos; de segurança pública, defesa nacional ou segurança de Estado; de investigações e repressão de crimes; ou provenientes de fora do país.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 18/09/2020

PRONAMPE: CNI PEDE EXTENSÃO DE PROGRAMA DE CRÉDITO PARA EMPRESAS ATÉ 2021 ENTRE 19 PROPOSTAS ENVIADAS AO GOVERNO

Representante da indústria entrega carta com ideias para acelerar retomada da economia, e inclui o parcelamento do pagamento de impostos adiados na crise

Por Gabriel Shinohara



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24645440-9f7-8fd/FT1086A/652/x86226974_A-robot-arm-carries-a-glass-part-in-the-assembly-line-of-the-March-and-Versa-models-at-Niss.jpg.pagespeed.ic.urbAJv4Ldo.jpg

CNI pediu pela aprovação da reforma tributária Foto: Yasuyoshi Chiba / Agência O Globo

BRASÍLIA — A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou ao governo federal e ao Legislativo um documento com uma série de propostas para facilitar a retomada econômica pós-pandemia. Segundo a entidade, as 19 ideias entregues nesta quinta-feira ajudarão o setor produtivo a “voltar a se desenvolver e gerar empregos”.

Para o período de saída da crise, a CNI defende a extensão dos programas de crédito para empresas até junho de 2021, como o Pronampe e o Pese, que financia salários de pequenas e médias empresas.

“É pouco provável que o sistema financeiro retorne à normalidade no curto prazo. Isso significa que a demanda por crédito continuará a suplantando a oferta de modo significativo. Além disso, é

preciso aportes adicionais do Tesouro Nacional nos programas que apresentarem escassez de recursos para as operações”.

Também voltado para a facilidade de crédito, a Indústria pede para que o governo continue fazendo ações que estimulem empréstimos mais baratos e com juros mais baixos. A CNI cita algumas medidas do Banco Central para facilitar a tomada de crédito, como as injeções de liquidez nos bancos.

Além disso, a organização também pede alterações em outras ações do governo que mitigaram os efeitos da crise para as empresas. Um dos pedidos é de parcelar os pagamentos de tributos que foram postergados, como a cobrança de R\$ 9,6 bilhões que foi adiada em maio.

A CNI também pede por medidas que “facilitem” a gestão das rotinas de trabalho durante a pandemia, como operação com banco de honras, turnos reduzidos e trabalho em home office.

“A esperada retomada depende também de ações na seara trabalhista que combinem não só geração e preenchimento de vagas de trabalho e de turnos de trabalho, como também medidas que facilitem a gestão imediata de rotinas trabalhistas”.

Mudanças estruturais

Entre as mudanças de longo prazo, a CNI defendeu a aprovação de uma reforma tributária que una o Pis/Cofins, ICMS, ISS, IPI e IOF em um único imposto, o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), envolvendo os estados, municípios e a União.

“A CNI defende uma reforma que torne o sistema tributário mais simples e eficiente, com foco na redução da cumulatividade. Isso permitirá a desoneração completa dos investimentos e das exportações, e aumentará as condições para os produtos brasileiros competirem com os estrangeiros nos mercados interno e externo”.

A organização também ressaltou a reforma administrativa, que, segundo a CNI, deve ter foco na competitividade do setor público. No entanto, o documento resalta que a reforma tributária é prioritária e a administrativa pode tramitar ao mesmo tempo ou depois.

A aprovação do marco regulatório do setor de gás natural também está na pauta da CNI, que classifica o preço do gás natural no país como um “obstáculo para a competitividade da indústria”. A organização estima que com preços mais baixos, os investimentos no país podem chegar a R\$ 150 bilhões em 2030.

Por último, a Confederação defende a aprovação de um projeto de lei que libera R\$ 4,6 bilhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

“É preciso apostar na inovação como forma de modernizar processos e produtos, aumentando o apelo diante de um consumidor que provavelmente se manterá reticente. Para que o Brasil consiga se conectar com a quarta Revolução Industrial, também chamada de Indústria 4.0, o país terá que aumentar de forma expressiva os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias”.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 18/09/2020

DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA: 'É PRECISO PUNIR DE VERDADE', DIZ EXECUTIVO DA MARFRIG

Roberto Waack, coordenador do Comitê de Sustentabilidade do frigorífico, alerta que as leis contra o desmatamento ilegal têm de ser cumpridas, independentemente da vontade política

Por Henrique Gomes Batista



https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24646556-955-d5e/FT1086A/652/x89641987_FOTO-DE-ARQUIVOSAO-PAULOSAO-PAULOBRAZIL0910-1700hA-FundaAAo-Renova.jpg.pagespeed.ic.YvFY4dzUiT.jpg

Roberto Waack. "Sou moderadamente otimista, de que estamos no rumo de melhorar as condições da produção com a conservação" Foto: Karime Xavier/Folhapress/arquivo

SÃO PAULO — Roberto Waack, membro do Conselho de Administração e coordenador do Comitê de Sustentabilidade da gigante da indústria de carnes Marfrig, e um dos criadores da Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura, alerta que a crise ambiental pode levar a um boicote de produtos brasileiros no exterior e dificultar o acesso a capital a empresas, especialmente as do agronegócio.

O próprio setor de carnes, por muito tempo alvo de críticas na área ambiental, uniu-se a outras empresas e à sociedade civil para cobrar uma ação urgente do governo. Para Waack, passou o momento de debate político sobre o desmatamento.

É preciso punir os desmatadores, suspender a legalização fundiária de quem devastou e reforçar a fiscalização. Ele admite que a luta será longa, mas ressalta que esse movimento do setor empresarial na cobrança do governo é inédito e muito positivo.

Em julho, um grupo de empresários cobrou do governo ações efetivas contra o desmatamento, e o vice, Hamilton Mourão, prometeu metas. Mas as queimadas e o desmatamento continuam a crescer. Qual a importância dessa nova mobilização dos empresários?

Este movimento é da sociedade como um todo. Recentemente, o setor financeiro também se engajou. As ações começam a se tornar mais concretas e objetivas, como este documento da Coalizão.

"Temos que sair de uma situação em que somos vilões para uma em que sejamos heróis, e nós podemos fazer isso"

ROBERTO WAACK

Coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Marfrig

Aquele movimento dos empresários era do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), que faz parte da Coalizão, e agora entramos na fase do "como".

As primeiras manifestações foram de sinalização de que o tema do desmatamento e das mudanças climáticas preocupa o setor empresarial, e agora entramos no debate de medidas concretas. Uma parte das medidas que está sendo desenhada ou gerida por parte do governo ainda não se transformou em ações reais. Há uma ação importante dos militares (no combate ao desmatamento), mas o que queremos é algo mais estruturante.

Mas os dados de execução do Orçamento indicam que o combate ao desmatamento não parece prioridade do governo, sem uma visão estratégica...

Sem dúvida, esse é um tema que nos coloca no mundo e nos tira do mundo também. Dependendo de como tratarmos a discussão da Amazônia e do desmatamento, entramos ou saímos do mundo comercial.

Não tenho a menor dúvida de que um país que tem o patrimônio natural do Brasil precisa tê-lo como prioridade estratégica. O mundo cada vez mais valoriza isso, e o Brasil tem uma posição extremamente favorável. Nós temos a ganhar com o crescimento dessa situação.

“Essa discussão internacional sobre o Brasil e a Amazônia afeta não apenas as relações comerciais, mas também o acesso a capital”

ROBERTO WAACK

Coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Marfrig

Temos que sair de uma situação em que somos vilões para uma em que sejamos heróis, e nós podemos fazer isso. A Coalizão e a sociedade indicam que isso é possível.

O agronegócio brasileiro é um dos mais eficientes do mundo. Mas pode sofrer pela imagem externa do país, a despeito das práticas ambientalmente corretas que algumas empresas adotam. Vocês já sofrem boicote?

Essa discussão internacional sobre o Brasil e a Amazônia afeta não apenas as relações comerciais, mas também o acesso a capital. A Marfrig, diretamente, ainda não teve nenhum impacto, como boicote ou perda de mercado, mas, evidentemente, temos recebido sinalizações de que isso é relevante.

Isso pode, sim, afetar tanto o comércio como o acesso a capital. Nós não achamos que boicote seja a melhor alternativa para que um país mude sua posição em relação ao desmatamento, porque esse tipo de ação acaba afetando mais a população vulnerável.

O que acreditamos, como Marfrig e Coalizão, é que são necessários instrumentos de controle, com tecnologia para a fiscalização, e fazer com que isso mude internamente. Acreditamos em ponderações concretas, ações muito objetivas.

Que ações objetivas?

Primeiro, recursos para os órgãos que trabalham com proteção ambiental, tanto humanos como financeiros, além do maior uso de tecnologia para monitoramento. E punir, punir de verdade, aqueles que estão fazendo atos criminosos.

Nós temos as leis necessárias para coibir o desmatamento, o que precisa é reforçar a estrutura de monitoramento e controle, como Ibama, ICMBio, Funai, e punir de verdade. Este é o primeiro conjunto de medidas.

A outra frente que precisamos enfrentar é que a maior parte do desmatamento é ilegal e ocorre em florestas públicas. E isso parece óbvio: não se pode aceitar registro fundiário de terra que era floresta pública. Você não pode conceder regularização fundiária a quem desmata ilegalmente. As coisas precisam conversar. Não se pode conceder créditos públicos a quem desmatou ilegalmente.

“A lei tem que ser cumprida, independentemente de uma decisão política”

ROBERTO WAACK

Coordenador do Comitê de Sustentabilidade da Marfrig

Parece óbvio, mas a gente não está fazendo isso. E é preciso dar transparência para todas as autorizações de supressão de vegetação: estas informações precisam ser públicas para que a sociedade possa ajudar o governo no monitoramento. São medidas concretas.

Mas muitos integrantes do governo estão minimizando o problema, não há alocação de recursos... O governo tem interesse em resolver a questão ambiental?

Você trouxe um ponto: politicamente, se quer fazer? Há uma discussão muito intensa sobre se cabe a discussão política de cumprir a lei. A lei tem que ser cumprida, independentemente de uma decisão política.

Na medida em que a sociedade sinaliza isso, ela está dizendo que esta não é uma discussão política, é uma discussão que tem um fundamento legal, a lei tem que ser cumprida, quem desmata tem que ser punido, e o governo tem que estar preparado para monitorar quem desmata, quem desmata não pode ter regularização fundiária.

Pode parecer óbvio, e é, mas essa é a mensagem. A gente não tem que criar ambiente legal, a lei tem que somente ser cumprida. A força do empresariado dizendo isso é relevante. O que a sociedade está sinalizando é: governo, aqui estão os instrumentos, está nas suas mãos.

Na prática, o governo não está cumprindo a lei?

Tem uma parte muito grande da lei que não está sendo cumprida, o desmatamento ilegal é evidente, e o governo precisa agir para fazer com que essas coisas não continuem. A lei tem que ser cumprida.

Se isso gerar boicotes, e prejudicar as empresas, elas podem entrar na Justiça contra o governo?

Eu acho que é possível, não sei se ela será efetiva diante da urgência destas ações. O trâmite legal é um trâmite moroso. Não acho que este é o caminho. Acreditamos no caminho de diálogo, de sinalização do caminho.

Nós queremos estabelecer um diálogo com partes e frentes do governo que estão sensibilizadas com isso, se você olhar as posições do presidente do Banco Central, de uma parte relevante do Ministério da Agricultura, de uma parte relevante do Ministério da Economia, queremos o diálogo. É mais pelo diálogo que por uma confrontação no campo jurídico.

É possível ter diálogo com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, criticado em fóruns internacionais e no país?

A Coalizão acredita que o diálogo é sempre possível. Não é o caminho escolher alvos personalizados, não é essa a linha da atuação da Coalizão ou da Marfrig. Existe uma pessoa empossada, se existem divergências, vamos tentar achar caminhos.

O que está em jogo, na prática, para a economia do país e das empresas com a piora do desmatamento, e qual o prazo para evitar boicotes e o fim do financiamento externo?

Não existe um prazo. É hiperurgente. O que se espera é uma mudança de tendência, nós todos reconhecemos que não dá para fazer uma mudança radical em uma tendência que está acontecendo, mas é preciso reverter esta curva.

E isso passa pelo que defendemos: é preciso começar a punir quem faz o desmatamento ilegal. É preciso suspender a legalização fundiária imediatamente de quem fez desmatamento.

Atos como estes são percebidos como atos de mudança de tendência muito grande lá fora. O caminho é vir com ações concretas, e estas ações é que vão reduzir a tensão internacional, mas elas precisam ser fortes, a punição precisa ser urgente.

Pessoalmente, o senhor está otimista ou pessimista com a questão ambiental no país?

Acho que a luta vai ser longa. Mas nunca esses temas foram discutidos com tanta intensidade pela sociedade. O ineditismo do envolvimento da sociedade, do setor financeiro, do mundo empresarial é para mim algo muito positivo.

Uma coalizão que consegue fazer com que mais de 200 organizações e empresas, juntas, falem “governo, este é o caminho”, é algo muito forte. Por isso, digamos, sou moderadamente otimista, de que estamos no rumo de melhorar as condições da produção com a conservação do planeta, muito especialmente no Brasil, que tem as melhores condições do mundo para que isso aconteça.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 18/09/2020

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CAIXA INFORMA TER ATINGIDO MARCA HISTÓRICA DE R\$ 200 BI EM AUXÍLIO EMERGENCIAL

Por Cynthia Declodt

São Paulo - A Caixa Econômica Federal informou nesta sexta-feira, 18, que atingiu a marca histórica de R\$ 200 bilhões em pagamentos do auxílio emergencial para 67,2 milhões de pessoas.

Nesta sexta, está sendo pago mais uma etapa do ciclo 2 com o crédito em Poupança Social Digital para 4 milhões de pessoas nascidas em julho, além do pagamento do Auxílio Emergencial Extensão para 1,6 milhão de beneficiários do Bolsa Família com NIS final 2.

Ao todo, serão beneficiados mais de 5,6 milhões de brasileiros com o pagamento de R\$ 3 bilhões.

No sábado, dia 19, o banco abrirá 770 agências para atender os beneficiários do Auxílio Emergencial e do Saque Emergencial do FGTS.

Na quinta, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, participou de uma live nas redes sociais ao lado do presidente da República, Jair Bolsonaro, para comentar sobre os programas do banco voltados aos auxílios.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/09/2020

BRASIL PRECISA USAR DIPLOMACIA E AÇÕES PARA RESPONDER AMEAÇA A ACORDO MERCOSUL-UE, DIZ MOURÃO

Por Lisandra Paraguassu

BRASÍLIA (Reuters) - O Brasil tem que usar a diplomacia e as ações que estão sendo feitas na Amazônia para responder à intenção da França de não ratificar o acordo Mercosul-União Europeia pelos problemas ambientais no Brasil.

Em uma live sobre Amazônia e Segurança organizada pelo Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), Mourão chegou a lembrar que na Guiana Francesa, departamento ultramarino da França que faz fronteira com o Brasil, há também desmatamento e garimpo ilegal, mas disse que não ia tratar disso.

"Não vou colocar a discussão nesse nível, essa é aquela discussão do nível baixo. O que eu vou colocar em discussão é que temos que trabalhar por meio da diplomacia e por meio das nossas operações de comando e controle", disse o vice-presidente.

Segundo Mourão, a diplomacia serve para abrir um diálogo e mostrar que o acordo não beneficia apenas os países do Mercosul (Além de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

"Muito pelo contrário, ele abre para os países da União Europeia, que são industrializados e que têm muito mais valor agregado na sua produção do que nós, o mercado aqui do Mercosul. Então, é algo que favorece a ambos, é a velha questão do benefício mútuo, isso é o diálogo diplomático", disse.

O acordo Mercosul-UE foi assinado em julho de 2019, depois de mais de uma década de idas e vindas nas negociações, mas ainda precisa ser ratificado pelos 27 países membros do Parlamento Europeu e pelos Congressos dos quatro membros do Mercosul. Na Europa, além da França, Áustria e Holanda já indicaram que podem não ratificar.

Nesta sexta-feira, o governo francês informou que seu mais recente relatório sobre desmatamento corrobora a oposição do país ao acordo e que trabalhará com outros parceiros da UE para que se estabeleça "condições ambientais" para retomada de negociações.

Mourão acrescentou que as ações de comando e controle na Amazônia servirão para mostrar que as queimadas e o desmatamento não são um problema generalizado na região.

"Existem problemas, existem, mas não é um problema generalizado da forma como se coloca. A questão dessas ilegalidades ocorre praticamente nas áreas antropizadas da Amazônia a maioria há mais de 20, 30 anos ocupada por propriedades rurais", disse.

O vice-presidente, que é o coordenador do Conselho da Amazônia, afirma que dois terços dos focos de queimadas na Amazônia seriam em áreas de propriedades rurais ou urbanas e apenas um terço seria em áreas de proteção ou indígenas.

Os dados mais recentes disponíveis pelo boletim de queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostram que, até 17 de setembro (quinta-feira) a Amazônia concentrava 68.486 focos de incêndio, 13% a mais do que em 2019 e o maior desde 2010 para o período

Já em relação ao desmatamento, houve um crescimento de 34,5% nos 12 meses encerrados em julho, em relação a igual período anterior, segundo dados preliminares. O período entre agosto de um ano e julho do ano seguinte é considerado como o ano-calendário para a medição anual do desmatamento da Amazônia.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 18/09/2020*

SERÁ O FIM DA ERA DO PETRÓLEO?

A indústria de energia limpa ganha impulso e o sistema energético do século 21 promete ser mais saudável, mais estável em termos políticos e menos volátil economicamente, mas a transição envolve riscos

Por The Economist

O petróleo alimentou o século 20 - seus carros, suas guerras, sua economia e sua geopolítica. Agora o mundo está passando por um choque energético que vem acelerando a transição para uma nova ordem. Quando a covid-19 abalou a economia global no início deste ano, a demanda por petróleo caiu em mais de 20% e os preços despencaram. Desde então, houve uma recuperação hesitante, mas o retorno ao velho mundo é improvável.

Os produtores de combustíveis fósseis estão se vendo obrigados a enfrentar suas vulnerabilidades. A ExxonMobil foi expulsa do Dow Jones Industrial Average, índice do qual fazia parte desde 1928. Petroestados como a Arábia Saudita precisam que o preço do barril de petróleo

esteja entre US\$ 70 e US\$ 80 para equilibrar seus orçamentos. Hoje o barril está custando apenas US\$ 40.

O petróleo já passou por outras quedas, mas esta é diferente. À medida que a população, os governos e os investidores acordam para as mudanças climáticas, a indústria de energia limpa ganha impulso. Os mercados de capitais também mudaram: os estoques de energia limpa aumentaram 45% este ano. Com as taxas de juros perto de zero, os políticos estão apoiando planos de infraestrutura verde.

Nos Estados Unidos, o candidato democrata, Joe Biden, quer gastar US\$ 2 trilhões na descarbonização da economia americana. A União Europeia reservou 30% dos US\$ 880 bilhões de seu plano de recuperação da covid-19 para medidas climáticas e, esta semana, sua presidente, Ursula von der Leyen, usou seu discurso sobre o estado da união para confirmar seu objetivo de que, na próxima década, a UE corte 55% das emissões de gases do efeito estufa, em relação aos níveis de 1990.

O sistema de energia do século 21 promete ser melhor do que a era do petróleo - melhor para a saúde humana, mais estável em termos políticos e menos volátil em termos econômicos. A transição envolve grandes riscos. Se for desordenada, pode aumentar a instabilidade política e econômica dos petroestados e concentrar sob a China o controle da cadeia de abastecimento verde. Ainda mais perigoso: pode ser lenta demais.

Hoje, os combustíveis fósseis são a fonte inicial de 85% da energia. Mas esse sistema é sujo. A energia é responsável por dois terços das emissões de gases do efeito estufa; a poluição da queima de combustíveis fósseis mata mais de 4 milhões de pessoas por ano, principalmente nas megacidades do mundo emergente. O petróleo também criou instabilidade política. Durante décadas, países petroleiros como a Venezuela e a Arábia Saudita, com poucos incentivos para desenvolver suas economias, atolaram-se em políticas de doações e clientelismo.

Em um esforço para garantir o abastecimento seguro, as grandes potências mundiais competiram para influenciar esses estados, principalmente no Oriente Médio, onde os Estados Unidos têm cerca de 60 mil soldados. Os combustíveis fósseis também causam volatilidade econômica. Os mercados de petróleo são fustigados por um cartel errático. A concentração das reservas petrolíferas mundiais deixa o abastecimento vulnerável a choques geopolíticos. Não é de se surpreender que por 62 vezes o preço tenha oscilado mais de 30% em períodos de seis meses desde 1970.

Está surgindo uma imagem do novo sistema energético. Com uma ação ousada, a eletricidade renovável, assim como a energia solar e a eólica, pode aumentar de 5% da oferta hoje para 25% em 2035 e quase 50% até 2050. O uso de petróleo e carvão diminuirá, mas o gás natural, mais limpo, continuará sendo fundamental.

Essa arquitetura acabará por trazer enormes benefícios. Mais importante, a energia descarbonizada evitará o caos das mudanças climáticas descontroladas, com secas devastadoras, fome, inundações e migrações em massa. Uma vez madura, também deve ser mais estável em termos políticos, porque a oferta será diversificada, geográfica e tecnologicamente.

Os petroestados terão de se reformar e, à medida que seus governos passarem a depender dos tributos sobre seus próprios cidadãos, alguns se tornarão mais representativos. Os países consumidores, que antes buscavam segurança energética interferindo nas políticas dos produtores de petróleo, buscarão uma regulamentação sensata para seu próprio setor energético. O sistema do século 21 também deve ser menos volátil em termos econômicos. Os preços da eletricidade serão determinados não por alguns grandes atores, mas pela concorrência e pelos ganhos graduais em eficiência.

No entanto, mesmo com o surgimento de um sistema energético melhor, paira no horizonte a ameaça de uma transição mal administrada. Dois riscos se destacam. A China autocrática pode ganhar uma influência temporária sobre o sistema de energia global por causa de seu domínio sobre a fabricação de componentes-chave e o desenvolvimento de novas tecnologias. Hoje, as empresas chinesas produzem 72% dos módulos solares do mundo, 69% de suas baterias de íon-lítio e 45% de suas turbinas eólicas. Elas também controlam grande parte do refino de minerais essenciais para a energia limpa, como cobalto e lítio. Em vez de um petroestado, a República Popular pode se tornar um “eletrostado”. Nos últimos seis meses, a China anunciou investimentos em infraestrutura e transmissão de carros elétricos, fez testes em uma usina nuclear no Paquistão e vem pensando em estocar cobalto.

A vantagem da China dependerá da rapidez com que as outras economias irão se mover. A Europa é o lar de desenvolvedores gigantes de fazendas eólicas e solares - Orsted, Enel e Iberdrola estão construindo esses projetos em todo o mundo. As empresas europeias também estão liderando a corrida para reduzir suas próprias emissões.

A trajetória dos Estados Unidos foi afetada pelo aumento do gás e do petróleo de xisto, que o tornaram o maior produtor de petróleo do mundo, e pela resistência republicana às medidas de descarbonização. Se os Estados Unidos tomassem medidas contra as mudanças climáticas - como, digamos, um imposto sobre o carbono e uma nova infraestrutura - seus mercados de capitais, seus laboratórios nacionais de energia e suas universidades fariam do país uma formidável potência verde.

O outro grande risco é a transição dos petroestados, responsáveis por 8% do PIB mundial e quase 900 milhões de cidadãos. À medida que a demanda de petróleo diminuir, esses países enfrentarão uma luta feroz por participação de mercado, a qual será vencida por nações com o petróleo mais barato e mais limpo. E, enquanto estiverem enfrentando a crescente urgência das reformas econômicas e políticas, os recursos públicos para pagá-las podem diminuir. Este ano, a receita do governo da Arábia Saudita caiu 49% no segundo trimestre. Décadas perigosas assomam-se no horizonte.

Diante desses perigos, a tentação será facilitar o ajuste, retardando a transição. No entanto, isso traria um conjunto diferente e ainda mais desestabilizador de consequências relacionadas ao clima. Calcula-se que os investimentos previstos ficarão drasticamente aquém do que é necessário para manter as temperaturas dentro de 2°C acima dos níveis pré-industriais, muito menos dentro do 1,5°C necessário para limitar as turbulências ambientais, econômicas e políticas das mudanças climáticas.

O investimento anual em energia eólica e solar, por exemplo, precisa ser de cerca de US\$ 750 bilhões, o triplo dos níveis recentes. E, se a transição para a energia renovável sem combustíveis fósseis se acelerar, como deve acontecer, causará ainda mais turbulência geopolítica. A passagem para uma nova ordem energética é vital, mas será complicada. / TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Fonte : *O Estado de São Paulo - SP*

Data : 18/09/2020

DEPUTADOS QUEREM CORTAR BENEFÍCIOS DE JUÍZES, PROCURADORES E PROMOTORES EM REFORMA ADMINISTRATIVA

Os parlamentares precisam reunir 171 assinaturas para cada uma das sugestões de alteração, para que seus pedidos sejam analisados pelo relator da proposta que muda a forma como servidores são contratados, promovidos e demitidos

Por *Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O chamado alto escalão do funcionalismo público está na mira de deputados dispostos a ampliar o alcance da reforma administrativa, que prevê alterações na forma como os

servidores públicos são contratados, promovidos e demitidos. Mudanças como limitar as férias de todos os agentes públicos a 30 dias por ano, inclusive para juízes, além do fim de privilégios, como aposentadoria compulsória como punição para quem já está trabalhando, estão entre as emendas (sugestões de alterações do texto) que devem ser incluídas na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Entregue depois de muita espera, o texto do governo foi considerado tímido por alguns parlamentares. Um dos motivos é que juízes, promotores, procuradores, desembargadores, deputados e senadores ficaram de fora das mudanças propostas.

Como os novos membros do Judiciário e Legislativo não serão atingidos, eles manterão benefícios que devem ser extintos para os futuros servidores, como as férias superiores a 30 dias, licença-prêmio (direito a três meses de licença para tratar de assuntos de interesse pessoal a cada cinco anos) e adicionais por tempo de serviço. Isso significa, por exemplo, que um juiz não poderá ser atingido, mas o servidor da área administrativa de um tribunal terá de obedecer às novas regras.

Já os parlamentares ficaram de fora da reforma administrativa porque são cargos políticos eletivos, com duração fixa (oito ano para senadores e quatro anos para deputados federais e estaduais e vereadores).

“Entendemos ser razoável e oportuno incluir todos os agentes públicos nas vedações propostas. Certo de que é desejo da sociedade que a reforma alcance todos os Poderes”, disse o líder do Podemos na Câmara, Léo Moraes (RO). As emendas sugeridas pelo partido limitam os benefícios às carreiras de Estado (que devem ser definidas em um segundo momento, mas incluem, por exemplo auditores fiscais e membros do Ministério Público, por exemplo).

O deputado Kim Kataguiri (DEM-SP) também quer a inclusão de magistrados na reforma administrativa e o fim de privilégios para essas categorias. O Novo vai apresentar cinco emendas para "preencher as lacunas deixadas no texto". Além da inclusão de membros do Judiciário e do Ministério Público, o partido quer que os servidores que já estão na ativa também passem a cumprir as novas regras, mantendo os "direitos adquiridos". Também quer estipular o teto (hoje em R\$ 39,2 mil) como o limite das remunerações, incluindo verbas indenizatórias e seleção para cargos de confiança e proibição da venda de férias.

Da base do governo, a deputada Caroline de Toni (PSL-SC) vai na mesma linha, para inclusão de políticos, juízes e membros do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público na reforma. Em sua justificativa, a parlamentar afirma que essas categorias não podem passar ao largo das novas regras. “Não há elemento razoável para se supor que as categorias listadas estejam liberadas de dar sua cota de sacrifício para que a máquina administrativa seja mais eficiente e menos onerosa para o cidadão”, disse.

Os deputados precisam ainda reunir 171 assinaturas para cada uma das emendas, para que os pedidos possam ser analisadas pelo relator da PEC. Todos estão em fase inicial de busca desse apoio.

A bancada do Cidadania está preparando um pacote de emendas. O principal ponto é fazer com que as regras que irão valer para servidores em geral alcancem magistrados e membros do Ministério Público. “Precisamos acabar com as distorções no serviço público brasileiro. Nesse sentido, apresentaremos emenda estendendo as mesmas regras, previstas no texto original da reforma, para juízes e procuradores. Todos estes agentes servem ao povo e, como tais, precisam se adaptar ao texto constitucional que estamos apreciando”, disse o líder da bancada na Câmara, Arnaldo Jardim (SP).

Governo diz que não poderia incluir membros de outros Poderes

A equipe econômica tem se defendido de não ter incluído membros de outros Poderes na reforma sob o argumento de que a Constituição não permite ao Poder Executivo propor uma nova regra para membros de outros Poderes, como é o caso de juízes, magistrados, parlamentares e procuradores. A inclusão dessas categorias ficaria a cargo do próprio Congresso Nacional durante a tramitação do texto.

O advogado Maurício Zockun, sócio do Zockun & Fleury Advogados e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), rechaça o argumento do governo. “É equivocada essa ideia de que uma Proposta de Emenda à Constituição que pretenda mudar o regime funcional de magistrados, membros do Ministério Público deveria partir desses poderes. Isso não é verdade. A história demonstra o contrário”, afirma.

Zockun lembra que a reforma do Judiciário promulgada em 2004 foi feita a partir de uma PEC apresentada pelo então deputado Hélio Bicudo - o texto teve apensadas outras propostas, incluindo uma do próprio Executivo para ampliar atribuições da Justiça Federal. Em 2005, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) julgou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e declarou a inexistência de qualquer “vício formal” na proposta apresentada por outros Poderes que não o Judiciário.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 18/09/2020*

ARAS VAI AO SUPREMO CONTRA PENSÃO E APOSENTADORIA ESPECIAL A EX-GOVERNADORES

Procurador-Geral da República ajuizou ação em que contesta tratamento 'privilegiado' e pede que o STF declare inconstitucionais benefícios em função do cargo

Por Rayssa Motta

O procurador-geral da República, Augusto Aras, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) nesta sexta-feira, 18, uma ação contra leis estaduais que garantem pensões e aposentadorias especiais a ex-governadores e seus dependentes.

Documento

A AÇÃO PDF

https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/09/adpf-pensao-ex-governadores_180920200842.pdf



No pedido, a Procuradoria sustenta que a interpretação do STF, que declarou o pagamento dos benefícios inconstitucional em diversas ocasiões, deve ser fixada para que passe a valer em todo o território nacional. A argumentação é que não pode haver diferenças entre as regras vigentes nos Estados e que, em última instância, a prática causa prejuízos ‘vultuosos’ aos cofres públicos.

https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/05/aras-5_270520204415.jpg

O procurador-geral da República Augusto Aras. Foto: Gabriela Biló / Estadão

“É inegável que a reiterada prática de atos inconstitucionais que resultam no pagamento de pensões a ex-governadores e a seus dependentes, como decorrência do mero exercício de cargo eletivo e/ou distintos dos previstos no regime geral de previdência social, causa vultuosos prejuízos

aos cofres estaduais, a exigir a imposição de decisão de caráter amplo, geral e da forma mais abrangente possível, que somente se pode alcançar por meio da ADPF”, diz um trecho do pedido.

O chefe do Ministério Público Federal afirma ainda que o tratamento ‘privilegiado’ aos ex-governadores contraria os princípios republicano, da igualdade, da moralidade e da impessoalidade e que, ao conceder os benefícios, os Estados usurpam a competência da União para dispor sobre normas gerais de previdência social.

“É inadmissível a elaboração de leis imorais, cujo propósito seja privilegiar alguns poucos indivíduos. Benesses dessa natureza, aliás, costumam ter destinatários certos e determináveis, o que, ademais, implica contrariedade ao princípio da impessoalidade”, disparou.

Outro ponto levantado por Aras é que não pode haver benefício em nível estadual quando a Constituição Federal não prevê o mesmo tratamento para autoridades nacionais.

“Nem mesmo a autonomia dos estados ou sua competência concorrente em matéria de previdência social permite a inovação jurídica mediante a criação de pensão, de natureza graciosa, sem previsão semelhante na legislação federal, tampouco na Constituição”, afirma.

Segundo a ação, os Estados do Acre, Santa Catarina, Amazonas, Minas Gerais, Rondônia e Paraíba pagam dos benefícios a seus ex-governantes.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/09/2020

JUIZ ACEITA DENÚNCIA DA LAVA JATO E EX-EXECUTIVOS DE MULTI DINAMARQUESA VIRAM RÉUS POR CORRUPÇÃO NA PETROBRÁS

Wanderley Saraiva Gandra e de Viggo Andersen, da Maersk, são suspeitos de participação em esquema de fraudes em contratos para afretamento de navios que teria causado prejuízo de US\$ 31,7 milhões à estatal; Eduardo Autran, ex-gerente de Logística da Petrobrás, também foi incluído na ação

Da Redação



<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2019/12/navio-dida.jpg>

Imagem ilustrativa. Foto: Dida Sampaio / Estadão

O juiz Luiz Antonio Bonat, da 13ª Vara Federal de Curitiba, aceitou nesta sexta-feira, 18, a denúncia apresentada pela força-tarefa da Operação Lava Jato contra Wanderley Saraiva Gandra e Viggo Andersen, respectivamente representante contratado e executivo da dinamarquesa Maersk no Brasil, que se tornaram

réus por suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro. Além dos empresários, Eduardo Autran, então subordinado à Diretoria de Abastecimento da Petrobrás, foi incluído na ação e vai responder pelos crimes de corrupção passiva e peculato.

Documento

A DECISÃO DE BONAT PDF

https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/09/despadec_180920204513.pdf

O grupo foi denunciado por suposta participação em um esquema de corrupção montado para fraudar contratos de afretamento de navios celebrados pela petrolífera entre os anos de 2006 e 2014. O prejuízo foi estimado pela força-tarefa em pelo menos US\$ 31,7 milhões.

A denúncia, apresentada em agosto, teve como base a delação de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de abastecimento da Petrobrás, que confessou ter recebido mais de R\$ 4 milhões em propinas para direcionar contratos da estatal em favor da Maersk através do repasse de informações privilegiadas.

Os pagamentos teriam sido ajustados por Andersen e calculados na base de 2,5% do valor dos afretamentos pagos pela Petrobrás. A 'comissão', segundo o delator, era repassada para a empresa Gandra Brokerage, criada por Wanderley Gandra para intermediar os contratos, e dividida igualmente entre Costa e o próprio executivo da Maersk.

Já Eduardo Autran, apontado como subordinado e afilhado político de Costa, teria promovido deliberadamente atos economicamente desvantajosos para a Petrobrás, com o intuito de favorecer a Maersk, que teriam causado prejuízo estimado em US\$ 23 milhões – a exemplo da aprovação de contratos em condições que resultariam em sobrepreço.

COM A PALAVRA, AS DEFESAS

A reportagem busca contato com as defesas. O espaço está aberto para manifestações.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/09/2020

ROBERTO JEFFERSON DERRUBA ALIANÇAS DO PTB COM ADVERSÁRIOS DE BOLSONARO: 'NÃO VAMOS APOIAR INIMIGO'

Em áudio obtido pelo 'Estadão', presidente diz a correligionário de Presidente Prudente (SP) que o partido não vai apoiar o DEM, sigla de Maia e Alcolumbre, a quem chama de 'bandidos e vagabundos'

Por Pedro Venceslau e Ricardo Galhardo, O Estado de S.Paulo

Alinhado com o presidente Jair Bolsonaro, o presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, promoveu nessa quinta-feira, 17, uma intervenção e anulou as convenções partidárias nas cidades onde a sigla apoiaria candidatos de legendas que fazem oposição ao Palácio do Planalto. São elas Bernardo do Campo, Osasco e Presidente Prudente, em São Paulo, Salvador (BA) e Fortaleza (CE).

O Estadão teve acesso ao áudio de uma mensagem de WhatsApp enviada por Jefferson para um correligionário de Presidente Prudente com um recado ao empresário Feiz Abbud, do PTB, que

havia sido escolhido vice de Laércio Alcântara, do DEM. "Partido de Rodrigo Maia e (Davi) Alcolumbre (ambos do DEM) não dá para o PTB. São dois bandidos e vagabundos. Não vamos apoiar partido que é inimigo do Bolsonaro", disse o dirigente. Em seguida, Jefferson ameaça anular a convenção e completa: "Não aceitamos coligação com partidos do Foro de São Paulo, PSDB, DEM".



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/4/1/1459529525014.jpg>

O presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson Foto: WILTON JUNIOR/Estadão

Para um interlocutor de nome Paulo, Roberto Jefferson avisa que vai homologar a convenção local. "O Fez Abud está contra a diretoria partidária nacional. Eu vou intervir aí", disse.

As ações de Jefferson para ajudar Bolsonaro vêm na sequência da intervenção na capital paulista na última quarta-feira, quando o dirigente tirou da disputa Marcos da Costa, ex-presidente da OAB-SP, que será candidato a vice do deputado Celso Russomanno (Republicanos).

A articulação nesse caso passou pelo próprio presidente da República, que telefonou para o presidente estadual do PTB, Campos Machado, pouco antes do início da convenção do partido em São Paulo. No Estado, o objetivo de Bolsonaro e Jefferson é combater o governador João Doria (PSDB), potencial adversário do presidente na eleição de 2022.

Em São Bernardo do Campo e em Osasco, o PTB havia indicado os candidatos a vice de Luiz Marinho e Emídio Souza, ambos do PT. Em Presidente Prudente, o partido comporia chapa com Laércio Alcântara, do DEM. Em Salvador, a sigla de Jefferson apoiaria Bruno Reis, também do DEM, e, em Fortaleza, estaria com Luizianne Lins, do PT.

No documento enviado aos Estados, Jefferson alega que o ato descumpra uma resolução da Comissão Executiva Nacional.

Segundo um integrante da executiva nacional do PTB, o veto que atropelou os acordos locais proibiria a princípio apenas alianças com partidos de esquerda, mas Jefferson ampliou a restrição para legendas que sejam potenciais adversárias de Bolsonaro no Congresso e nas eleições em 2022.

Com esse gesto, Jefferson aproxima o PTB do Palácio do Planalto e deixa as portas abertas para que Bolsonaro e seu grupo entrem na legenda para disputar a reeleição.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/09/2020

BR DO MAR E O FUTURO DA LOGÍSTICA BRASILEIRA

*Por Larry Carvalho**



https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2020/08/larry_110820200431-620x350.jpg

Larry Carvalho. FOTO: DIVULGAÇÃO

A cabotagem brasileira – transporte entre portos do país – está entre os mais consistentes mercados de contêineres em crescimento no mundo. Na última década temos visto um crescimento superior a 10% ao ano, chegando até a 25% em trimestres específicos. O mercado total já chega a quase 700 mil TEUs por ano.

Um dos grandes turning points do mercado foi a greve dos caminhoneiros que paralisou o país e expôs nossa fragilidade logística e o quanto ainda dependemos de rodovias. Resultado direto foi que muitas empresas começaram a utilizar a cabotagem como alternativa ao transporte rodoviário. A verdade é que muitas empresas se viram utilizando pela primeira vez a cabotagem, mudando sua forma tradicional de logística, e gostaram..

Afinal a cabotagem é segura, eficiente, de baixo custo e impacto ambiental, sendo uma das modalidades de transporte mais lógicas para o Brasil, em decorrência das dimensões continentais que dispomos. São mais de 8,5 mil km de costa e 80% da população vivendo a 200 km do litoral. Sem contar que a maior parte da nossa indústria está concentrada perto do mar, fortalecendo nossa vocação para cabotagem.

Entretanto, o rápido crescimento da utilização da cabotagem resultou em uma pressão significativa sobre a capacidade existente de oferta de navios aptos a realizarem o serviço de cabotagem. O acervo regulatório da cabotagem hoje no Brasil é extremamente protecionista, exigindo que a embarcação arvore bandeira brasileira e que seja tripulada por navio brasileiro.

Conseqüentemente, os players que atuam nesse setor, obrigatoriamente, tiveram que construir frota de navios em estaleiros brasileiros ou construir no exterior e nacionalizar a embarcação, arcando com elevados custos tributários.

Entretanto, desde 2014 com a operação Lava Jato, e o fechamento de diversos estaleiros pelo país, tornou-se um grande desafio construir embarcações de grande porte no Brasil. Dificultando o aumento da frota de cabotagem no país, e assim, prejudicando a matriz oferta de navios/demanda de frete.

Nota-se que na última década, mesmo com todos os incentivos para construção em estaleiros brasileiros e o Fundo da Marinha Mercante, que permite o financiamento de construção com juros bem atrativos, os estaleiros brasileiros somente construíram quatro navios de cabotagem.

Doutro lado, atualmente, o acervo regulatório permite que empresas brasileiras de navegação afremtem embarcações à casco nu (BBC) e registrem temporariamente embarcações estrangeiras sob a bandeira brasileira.

Todavia, o limite é de 50% da tonelagem de porte bruto (DWT) de embarcações da própria empresa, adicionado ao dobro do DWT de embarcações em construção em um estaleiro brasileiro. Existindo, ainda, a possibilidade de afretamento por tempo, com certas restrições.

Assim, com as restrições atuais aliada à recente dificuldade em construção de novas embarcações em estaleiros nacionais, o mercado da cabotagem se vê desequilibrado na balança. De um lado temos uma crescente demanda, enquanto do outro lado, a oferta de navios não cresce no mesmo compasso.

Economistas preveem que no segundo ou terceiro trimestres de 2021, devemos ter uma recuperação total da economia, pós-pandemia. Conseqüentemente, o crescimento da cabotagem deve retornar à casa dos dois dígitos.

E, assim, surge o grande desafio do projeto de lei intitulado Br do Mar: o de realizar o ajuste regulatório que permita o rápido aumento da frota de cabotagem, visando a equalização da oferta e demanda e a redução de custos do frete.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, afirma que este é o projeto mais ousado para a promoção da cabotagem na história do país, e seu esboço é realmente animador para toda a indústria e promete resultar em um crescimento da frota de cabotagem.

O Brasil está passando por um momento único, principalmente pensando em logística, com o desenvolvimento e melhoria da Infraestrutura do Arco Norte, a BR do Mar, a flexibilização de arrendamentos portuário, retomada no investimento ferroviário, privatização de portos, entre outras obras e reformas que ajudarão a aquecer a economia do país. Os ventos da mudança chegaram e toda a infraestrutura brasileira está passando por uma grande transformação que ajudará na internacionalização e maior ganho de competitividade da indústria nacional!

*Larry Carvalho é advogado e árbitro com experiência em litígios, com ênfase em transporte marítimo

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 18/09/2020

Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

APÓS ENCAMPAÇÃO DA LINHA AMARELA, DEPUTADOS DO RJ PEDEM ANULAÇÃO DE CONCESSÃO DA CCR

CCR diz que recebeu com surpresa a proposta da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
Por Taís Hirata, Valor — São Paulo 18/09/2020 16h50

Na mesma semana em que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu aval à encampação da Linha Amarela, concessão rodoviária da Invepar no Rio de Janeiro, deputados estaduais também pediram a extinção de outro contrato, o da Via Lagos, operada pela CCR.

Na quinta-feira, os deputados Anderson Moraes (PSL-RJ) e Dr. Serginho (Republicanos-RJ) apresentaram uma indicação legislativa pedindo ao governador em exercício, Cláudio Castro (PSC), que apresente um projeto de lei autorizando a encampação da operação e a manutenção da Rodovia dos Lagos. A proposta de anteprojeto foi publicada nesta sexta no Diário Oficial do Estado.

Na justificativa do pedido, os parlamentares afirmam que, tal como no caso da concessão da Linha Amarela, a Via Lagos “encontra-se eivada de vícios, sobretudo em relação a denúncias de abuso da tarifa do pedágio e prorrogação contratual”.



[https://s2.glbimg.com/42PsZ2JgZlhmCHHlbwqv_mc-ys=/0x0:564x330/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/5/A/PDnYVyTviQ8aGQWkj4TA/ccr-vialagos-696x330.jpg](https://s2.glbimg.com/42PsZ2JgZlhmCHHlbwqv_mc-ys=/0x0:564x330/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/5/A/PDnYVyTviQ8aGQWkj4TA/ccr-vialagos-696x330.jpg)
CCR Via Lagos — Foto: Divulgação / CCR

Para advogados do setor de infraestrutura, uma das preocupações em relação ao processo de encampação da concessão da Linha Amarela é justamente a insegurança jurídica criada, que pode inspirar pedidos semelhantes. A CCR afirmou que recebeu com surpresa a proposta da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. “A decisão do anteprojeto afronta a lei de concessões e o contrato atual que está em vigor e segue sendo cumprido em toda as suas determinações”, disse em nota. A empresa também afirma que a proposta “compromete de forma grave a segurança jurídica dos contratos e irá prejudicar de forma severa e irreversível, se não for bloqueada, todo o programa de concessão brasileiro, assim como qualquer eventual interesse privado em investimentos no Rio e no país”. O grupo diz que irá adotar as medidas judiciais cabíveis e que acredita que, caso a proposta seja levada adiante, conseguirá suspendê-la no Judiciário.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 18/09/2020*

GOVERNO GAÚCHO AVANÇA COM PRIVATIZAÇÃO DA CEEE-D, QUE DEVE FICAR PARA 2021

Venda da companhia faz parte do plataforma de governo do Eduardo Leite (PSDB)
Por André Ramalho, Valor — Rio

O governo gaúcho deu mais um passo para a privatização da distribuidora de energia CEEE-D, ao abrir esta semana o processo de “data room”, a partir do qual investidores interessados podem acessar dados completos do ativo. Inicialmente previsto para 2020, o leilão da companhia deve ficar para janeiro de 2021.

O secretário estadual de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul, Artur Lemos Júnior, conta que a ideia é publicar em dezembro o edital da licitação. A abertura do data room visa, portanto, a esclarecer as dúvidas dos investidores em torno do negócio. Em paralelo, o Tribunal de Contas do Estado avalia os detalhes dos métodos e formatação da venda.

Segundo Lemos Júnior, o governo gaúcho trabalha também para privatizar os braços de geração e transmissão da CEEE em maio de 2021. A separação dos negócios foi aprovada nesta quinta-feira em assembleia geral de acionistas. Já a venda da distribuidora de gás canalizado Sulgás deve ficar para entre abril e maio.

Prevista dentro da plataforma de campanha do governador Eduardo Leite (PSDB), a privatização da CEEE-D avança em meio a riscos de que a concessão da companhia seja cassada. A crise econômica desencadeada pela pandemia de covid-19 veio se somar às dificuldades que a empresa já vinha enfrentando nos últimos anos para atingir as metas regulatórias – no setor elétrico, concessões podem ser cassadas caso não atendam as exigências de gestão econômico-financeira satisfatórias por dois anos consecutivos no primeiro quinquênio de contrato.

Lemos Júnior afirma que vem mantendo “contato permanente” com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para reforçar a intenção do Estado de privatizar a companhia. Ele lembra que a transferência do controle acionário da concessão é um dos gatilhos que impedem o dispositivo da cassação da concessão.

“A abertura do data room é muito mais para mostrarmos ao mercado que não temos o que esconder, que a empresa é um ativo importante, mas claro, também estamos passando a mensagem à Aneel de que não tem retorno, de que vamos buscar efetivamente a transferência do controle”, afirmou ao Valor.

Ele disse também que conversa com a Aneel sobre a necessidade de um ‘waiver’ (perdão regulatório) que possibilite a extensão dos prazos para que o novo operador da concessão atinja as metas de qualidade do serviço da concessão. E destacou que a modelagem da privatização passa também por estender os prazos de amortização das dívidas tributárias para não comprometer a capacidade inicial de investimentos na recuperação dos serviços.

Mesmo com a pandemia e sem uma definição clara ainda sobre o reequilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras, Lemos Júnior está confiante de que a privatização da CEEE-D atrairá o interesse dos investidores. Ele destaca que o mercado já dá sinais de recuperação do consumo de energia e acredita que, até janeiro, o ambiente regulatório também esteja mais nítido.

“Acreditamos que até lá isso tudo esteja endereçado”, disse. “Acreditamos que tenhamos três, quatro, podendo chegar a até cinco interessados, empresas do setor. Mesmo com a pandemia muitas delas estão anunciando lucro, é possível conseguirmos bons interessados”, completou.

Prevista inicialmente para este ano, a privatização ficará para o início de 2021 justamente devido às dificuldades impostas pela pandemia.

A CEEE Distribuição é controlada pelo Estado, por meio da CEEE-Par, holding do Grupo CEEE que detém 65,9% da distribuidora. A Eletrobras é o segundo maior acionista, com 32,59%, mas, segundo o secretário, ainda não se manifestou sobre a intenção de sair ou não do ativo. Os demais acionistas detêm 1,5% do capital total da empresa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 18/09/2020

PETROBRAS: UM PILAR PARA GANHAR EFICIÊNCIA

Estatual cria diretoria para transformação digital para reduzir o tempo de produção de um campo e incentivar a aproximação com startups

Por André Ramalho, Valor — Rio



[https://s2.glbimg.com/9r4erS7AT063_E_XjKIOs4UdQX8=/0x0:1400x900/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/A/b/QShFJBR0S6vCJhcvAYhA/ampliacao-da-sede-do-cenpes-petrobras-divulgacao.jpg](https://s2.glbimg.com/9r4erS7AT063_E_XjKIOs4UdQX8=/0x0:1400x900/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/A/b/QShFJBR0S6vCJhcvAYhA/ampliacao-da-sede-do-cenpes-petrobras-divulgacao.jpg)

Ampliação da sede do Cenpes da Petrobras, no Rio de Janeiro — Foto: Geraldo Falcão

O compromisso crescente da Petrobras com a digitalização se traduziu, em 2019, na criação de uma diretoria dedicada à transformação digital e à inovação. A área vem sendo encarada pela petroleira como um dos pilares de seu plano de redução de custos e ganhou ainda mais relevância neste ano, diante da necessidade da companhia de se tornar mais eficiente num cenário de choque de preços do petróleo.

Nesse sentido, a pandemia da covid-19 deu um impulso ao processo de transformação cultural da empresa, que promete manter ativa a carteira de pesquisa, desenvolvimento e inovação mesmo durante um ano de receitas menores. Digitalização e novas tecnologias de descarbonização e renováveis são alguns dos focos dos investimentos da empresa em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I).

“Acredito que [durante a pandemia] conseguimos fazer em três, quatro meses, uma transformação digital que levaríamos de três a quatro anos para fazer”, afirma Nicolás Simone, que assumiu a nova diretoria da Petrobras em 2019, com a missão de acelerar o processo de digitalização dentro da estatal e que se viu, neste ano, diante da necessidade de colocar 30 mil funcionários em home office. “A pandemia tem o seu lado triste, mas, por outro, nos fez acelerar algumas frentes. Isso nos exigiu um movimento forte de utilizarmos mais a nuvem, videoconferências, escritórios virtuais. Já vínhamos desde o ano passado revendo nossa arquitetura de plataformas digitais, todo um ecossistema de colaboração. Tudo isso nos levou a poder surfar na quarentena”, destaca.

A transformação digital começou a ganhar a atenção da estatal, de forma mais enfática, nos três últimos anos e entrou pela primeira vez como um pilar do planejamento estratégico da Petrobras no plano de negócios 2018-2022, na gestão de Pedro Parente. Nesse meio do caminho, a empresa criou uma gerência-geral de transformação digital, com o objetivo de estruturar os novos passos rumo à revolução da indústria 4.0. Em 2019, o atual presidente, Roberto Castello Branco, alçou a área ao alto escalão da empresa, numa mensagem clara de que pretende acelerar as iniciativas.

Para ocupar a nova diretoria, a Petrobras foi buscar um executivo no mercado. O uruguaio Nicolás Simone vinha de uma experiência como diretor da área de tecnologia da informação do Grupo Boticário. Ele completa em setembro um ano à frente do cargo e conta o que avançou desde então.

Segundo ele, em seu primeiro ano de vida, a diretoria deu um passo importante na definição dos projetos estratégicos e na montagem do ecossistema de inovação, por meio de uma aproximação com startups. Dentre os principais projetos estratégicos de inovação, por meio da transformação digital, estão o Prod1000, programa que visa reduzir dos atuais três mil dias para mil dias o tempo

necessário para iniciar a produção de um campo do pré-sal desde a sua descoberta; e o Exp100, que tem como ambição reduzir a zero o risco exploratório de perfuração de um poço. “Estamos apostando no digital twin (gêmeo digital) do solo, utilizando inteligência artificial e HPCs [processamento computacional de alto desempenho], para entender o caminho do óleo, para termos 100% de certeza de onde vamos perfurar, para não perfurar poço seco”, ressalta.

Ainda na área de digital twin, a Petrobras vem obtendo os primeiros ganhos com o uso da tecnologia. O modelo foi implantado em 11 refinarias e permite à companhia simular e testar virtualmente suas escolhas operacionais em uma versão digital da planta industrial (a refinaria gêmea), antes de optar por um dos caminhos a seguir na unidade de produção. O recurso ajuda a definir com antecedência a operação mais eficiente e qual será o fator de utilização ótimo das unidades, por exemplo. Em 2019, a estatal obteve um ganho de US\$ 66 milhões com a tecnologia. Para 2020, a expectativa é de novos ganhos, no valor de US\$ 154 milhões.

A estatal é a principal investidora em PD&I da indústria. Em 2019, a empresa investiu R\$ 2,268 bilhões (US\$ 576 milhões) na área de óleo e gás no Brasil. Pelas regras dos contratos de concessão, a Petrobras é obrigada a investir 1% da receita bruta dos seus campos de maior rentabilidade em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Como seguem o comportamento do preço do petróleo e do dólar, os investimentos obrigatórios, pela cláusula de P&D, tendem a cair este ano. Simone destaca que a companhia, contudo, normalmente ultrapassa os valores obrigatórios e que não pretende sacrificar nenhum projeto crítico, mesmo diante de um quadro de queda das receitas.

“Temos um plano de resiliência [de corte de custos] muito forte na Petrobras, mas não sacrificaremos o longo prazo pelo curto prazo. A covid-19 não afetou nossa estratégia de PD&I, o que estamos fazendo é olhar para o portfólio e melhorar o seu retorno”, diz Simone.



[https://s2.glbimg.com/xPrxxkgw1HxXNm67EpDxTiQWqe8=/0x0:1400x900/984x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/i/q/OCC1AOT8KHKdnBDzQsPQ/nicola-simone-diretor-de-inovacao-foto-leo-pinheiro-valor.jpg](https://s2.glbimg.com/xPrxxkgw1HxXNm67EpDxTiQWqe8=/0x0:1400x900/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2020/i/q/OCC1AOT8KHKdnBDzQsPQ/nicola-simone-diretor-de-inovacao-foto-leo-pinheiro-valor.jpg)

— Foto: Leo Pinheiro/Valor

Dentro da proposta de inovação, uma das estratégias da Petrobras é se aproximar mais das startups. Em 2019, a empresa lançou o programa Petrobras Conexões para Inovação, em parceria com o Sebrae, para seleção de projetos com startups e pequenas empresas para desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor de petróleo, gás e energia. A estatal lançou dois editais – o último, no valor de R\$ 10 milhões. “Estamos, com isso, montando um ecossistema de inovação”, comenta.

A petroleira tem buscado startups dentro da própria companhia. Em 2019, lançou um programa interno por meio do qual os colaboradores interessados apresentam suas propostas sobre como a tecnologia digital pode ter um impacto estratégico e entregar retornos exponenciais. “Santo de casa também faz milagre”, afirma Simone.

As ideias selecionadas são desenvolvidas em times com entrega de curto prazo. A Petrobras tem apostado em métodos ágeis. “Não acredito mais em projetos com um ou dois anos de entrega. Quando se fala em transformação digital, trabalhamos com equipes e sprints de inovação, com entregas a cada duas semanas, um mês, com entregas graduais, partindo de um problema ou necessidade da companhia”, afirma.

A empresa tem trabalhado na transformação cultural de seu quadro de pessoal. A companhia aposta em treinamentos de funcionários para ocupação de novas funções e desempenho de

novas metodologias de trabalho. “Nossa diretoria é o catalisador da inovação e transformação digital na Petrobras. A diretoria, sozinha, não faz transformação digital e inovação. Isso se faz por meio das pessoas”, ressalta.

Simone explica que conceitos como design thinking e hackathons (maratonas para desenvolvimento de produtos e serviços) estão se propagando como parte da rotina da empresa e que a estatal também vem criando novos cargos, como Product Owner (PO) e Scrum Master. “Estamos treinando os colaboradores para novas metodologias de trabalho, para que eles sejam mais inovadores, tenham maior fluência digital.”

Segundo ele, a Petrobras vem focando na reciclagem do seu quadro interno e que não pensa, por ora, em abrir novos concursos públicos para contratar novos profissionais da área.

“Muitas empresas só focam no Go Digital [fornecimento de soluções digitais, como plataformas de dados integradas e tecnologias atualizadas]. Se a empresa trabalha apenas com essa dimensão, faz o famoso voo de galinha”, diz o executivo, que defende a necessidade de a companhia investir na dimensão Be Digital [ser digital] a partir do desenvolvimento de uma cultura de colaboração e adaptabilidade dentro da equipe.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 18/09/2020



NOTICÍAS AGRICOLAS

CNA DEBATE INCENTIVO À CABOTAGEM E DESAFIOS DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NO BRASIL

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) promoveu, na quinta (17), uma conversa ao vivo pelas redes sociais para discutir os desafios do transporte aquaviário brasileiro e o andamento do BR do Mar, programa do governo de incentivo à cabotagem (navegação entre portos do mesmo país).

O debate foi conduzido pelo consultor em Tecnologia da CNA, Reginaldo Minaré, que afirmou que apesar de o Brasil ser um país continental, com 8 mil quilômetros de costa, a movimentação de carga pelo sistema aquaviário representa apenas 11% da matriz logística.

“Aproximadamente 80% da população brasileira reside a uma distância de até 200 quilômetros da costa, ou seja, o mercado consumidor está muito próximo. Fazer o uso da cabotagem, bem estruturada, vai melhorar a vida dos produtores rurais e dos consumidores, porque o custo logístico tende a diminuir”.

Durante a live, a coordenadora de Assuntos Estratégicos da CNA, Elisangela Pereira Lopes, apresentou um estudo com uma análise de custo de movimentação por rota e cidades. De acordo com Lopes, se o milho saísse do município de Sapezal (MT) até Fortaleza (CE), por rota tradicional, o custo do frete seria de R\$ 478 por tonelada. Com o uso da cabotagem, esse custo seria reduzido em 58,2% e custaria R\$ 230 a tonelada do grão.

“Em um futuro próximo, quando a Ferrogrão for implantada e houver a integração de rodovia, ferrovia e hidrovía, esse mesmo custo sofreria queda de 54,7%. Portanto, a CNA apoia o projeto de lei BR do Mar, pois fomenta e incentiva a cabotagem”.

Ela também falou sobre a evolução da agricultura, lembrando que a infraestrutura no país não acompanhou o crescimento da produção de grãos. “Em dez anos a produção de grãos quase que

dobrou e a infraestrutura não acompanhou. Hoje, 71,6% do que é exportado em grãos ainda é pelos portos do Sul e do Sudeste”, disse Lopes.

Em sua exposição, o diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias do Ministério de Infraestrutura, Dino Batista, falou que o transporte aquaviário precisa de uma solução logística que represente redução de custo do frete e de acidentes, além do aumento da regularidade. “O nosso objetivo é buscar equilíbrio para a matriz logística brasileira, com maior participação dos modais”.

O especialista destacou ainda o programa BR do Mar e a dinâmica do mercado da navegação. “Uma empresa que quer adotar o uso da cabotagem como parte de uma solução logística, tem de estar preparada para um transporte que é multimodal e que vai precisar de operações portuárias. Não é simplesmente virar uma chave”.

O representante do Ministério da Infraestrutura também citou a proposta de criação do programa BR do Rio, nos moldes do BR do Mar, para fomentar o uso dos rios como modal de transporte. “Começamos a discussão há um mês para conhecer os principais problemas e soluções do setor e desenvolver propostas de políticas públicas. Agora é o momento de tratar o tema com as entidades e os atores interessados”.

Já o presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio do Ministério da Agricultura (CTLog), Edeon Vaz Ferreira, pontuou os gargalos do sistema aquaviário brasileiro e as principais demandas do setor agropecuário para reduzir os custos no escoamento da produção.

“Até hoje nós aguardamos o derrocamento do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins (PA). Quando a obra for finalizada, teremos um corredor hidroviário de 510 quilômetros entre o município de Marabá (PA) e o porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA), com uma capacidade de exportar 20 milhões de toneladas de grãos”.

Na live, Edeon disse que investir em corredores logísticos é uma solução para aliviar o custo do produtor com o frete. “Hoje, a tonelada do grão transportada de Sinop (MT) ao porto de Miritituba (PA) custa R\$ 170. Se for para o porto de Santarém (PA), o custo da tonelada chega a R\$ 210. Precisamos de condições para utilizar os nossos rios e reduzir esse custo para o produtor e para a sociedade”.

Fonte: CNA

Fonte: Notícias Agrícolas

Data : 18/09/2020

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

AGENTES DO SETOR DE NAVEGAÇÃO ANALISAM VIABILIDADE DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ATÉ 2050

Por Dérika Virgulino NAVEGAÇÃO 17/09/2020 - 21:21



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200816--navio-porta-container-porto-de-suape-rebocador.jpg>

Arquivo

Para empresas e entidades do setor, a transformação energética dependerá da disponibilidade técnica, econômica e logística.

O debate em torno da transição energética para o setor da

navegação não é recente. Porém, se intensificou desde o ano passado, em razão da necessária adequação à resolução da IMO 2020 (Internacional Maritime Organization) sobre a redução de 3,5% para 0,5% da emissão de enxofre das embarcações. Além disso, a estratégia da organização define que até 2050 deverá ser reduzida em 50% a emissão total de gases de efeito estufa. No entanto, embora seja consenso que a transição energética signifique um caminho sem volta, ainda não é possível afirmar concretamente se o Brasil alcançará aquela meta. Para empresas e entidades do setor, a transformação vai depender de alguns fatores que passam pela viabilidade técnica e econômica para a utilização de combustíveis mais limpos. O debate aconteceu durante Webinar “Novos combustíveis marítimos”, realizado pela Portos e Navios, nesta quinta-feira (17).

De acordo com o assessor para assuntos internacionais do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma), o Comandante Mário Mendonça, a velocidade da transição energética depende de fatores como necessidade, disponibilidade técnica, viabilidade econômica e logística. Entretanto, ele avalia que, no segmento da navegação, entre esses fatores o que de fato existe efetivamente é apenas a necessidade. Isso porque, no atual estágio, a técnica que vem sendo desenvolvida ainda tem baixo alcance em termos globais.

Para Mendonça, em 30 anos é difícil imaginar o setor sem consumir combustíveis fósseis. Ele acredita que a curva da utilização desta fonte de energia só deve começar a cair daqui a 15 anos. Até mesmo o uso do GNL (gás natural liquefeito), considerado o combustível de transição e existente em abundância nos campos de pré-sal no país, vai depender de condições econômicas e logísticas para ser um substituto. Ele lembrou, por exemplo, que ainda não existem terminais de abastecimento do gás no Brasil. E apesar de ser uma alternativa há mais uma década, existem apenas 400 navios, em um universo de 100 mil em todo mundo, que utilizam o GNL como combustível.

O gerente de vendas da área marine da Wärtsilä Brasil, Mário Barbosa, analisa de forma mais otimista o aspecto da viabilidade técnica. Segundo ele, atualmente já existem inúmeras soluções tecnológicas que estão sendo aplicadas em determinados tipos de embarcações, como é o caso dos navios aliviadores totalmente elétricos em alguns países. O ponto importante, para ele, é a necessidade de trazer economicidade aos projetos e analisar onde é possível ser aplicado. Portanto, ele entende que a questão técnica tem que ser vista caso a caso.

A expectativa, segundo o gerente de desenvolvimento de negócios da DNV-GL, Jonas Mattos, é de que em 2050 o combustível fóssil não será predominante, pois, provavelmente existirá no mercado uma diversidade de alternativas como é o caso do Amônio, Hidrogênio, além da possibilidade de embarcações totalmente movidas à eletricidade. Devido ao acesso à tecnologias, com as novas pressões da sociedade e entidades internacionais, ele avalia que a migração para combustíveis limpos se dará de forma mais rápida.

Mattos destacou que, embora as soluções elétricas ou híbridas já sejam uma realidade, ainda não são adequadas para navios de longo curso, isto é, apenas para navegação de distâncias curtas. Para longas viagens, ainda se faz necessário combustível com alta densidade energética. No caso do Amônio e o Hidrogênio, fontes renováveis, ainda são esperados para o futuro, visto que precisam ser regulamentados e melhor estudados quando ao uso, logística, armazenamento, entre outros fatores. Isso porque, o Amônio, por exemplo, possui um alto índice de toxicidade e o Hidrogênio é bastante inflamável.

Além de novos combustíveis, Barbosa ressaltou que existe espaço para melhorar a eficiência energética a partir de outras operações como na digitalização, hélices e propulsores mais eficientes, cascos com melhores desenhos, entre outros fatores que ele podem ser vistos também como passos para a transição. A Wärtsilä vem atuando da produção de sistemas de motores otimizados, capazes de queimas GNL, entre outros combustíveis alternativos de forma eficiente.

A Webinar “Novos combustíveis marítimos”, realizado pela Portos e Navios, teve o patrocínio da Wärtsilä Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2020

PETROBRAS PREVÊ AMPLIAR CAPACIDADE DE TERMINAL DE GNL NO RIO EM 50%

Da Redação ECONOMIA 17/09/2020 - 20:36



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/160608-terminal-baia-guanabara-gnl.jpg>

A Petrobras concluiu com sucesso testes que permitirão uma expansão de 50% na capacidade de seu terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, para 30 milhões de metros cúbicos por dia, disse a empresa nesta quinta-feira.

Janeiro, para 30 milhões de metros cúbicos por dia, disse a empresa nesta quinta-feira.

A estatal afirmou que está em processo de obtenção de licenças e autorização do governo para ampliar a capacidade do terminal.

O terminal é utilizado para converter de volta para a forma gasosa o gás natural importado pelo Brasil em versão liquefeita, em processo conhecido como regaseificação.

O Brasil está expandindo suas instalações de GNL para se aproveitar dos preços baixos no mercado internacional.

Os testes concluídos pela Petrobras fazem parte de requisitos do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (Inea) e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A Petrobras não especificou o cronograma para conclusão dos processos de obtenção das licenças.

Atualmente, o terminal da empresa na Baía de Guanabara possui capacidade para processar 20 milhões de metros cúbicos por dia de gás, através de uma unidade flutuante de armazenamento e regaseificação (“floating storage and regasification unit”, ou FRSU, em inglês).

O terminal consiste em um píer tipo ilha com dois berços para atracação e amarração de um navio FSRU e de um navio supridor, disse a companhia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2020

MINISTRO DA INFRAESTRUTURA SE REÚNE COM TRANSPORTADORES DE CARGAS E APRESENTA BR DO MAR

Da Redação NAVEGAÇÃO 17/09/2020 - 19:00



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200917-minfra.jpg>

Tarcísio Gomes de Freitas convocou lideranças do setor para repassarem a categoria os benefícios da diversidade e integração do transporte de cargas no país

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, se reuniu nesta quinta-feira (17), por videoconferência, com representantes de transportadores de cargas no país para

apresentar os benefícios para o país do equilíbrio da matriz de transporte brasileira a partir da integração de diferentes modais. O tema do encontro foi o programa de incentivo à cabotagem, conhecido como BR do Mar, que busca incentivar o transporte de cargas entre portos brasileiros, permitindo a diversidade na matriz logística.

Freitas assegurou que o transporte rodoviário vai continuar crescendo, mesmo com os investimentos promovidos pelo Governo Federal em ferrovias e cabotagem. "Quando o transporte cresce como um todo, é bom para todo mundo, principalmente, para o caminhoneiro. É bom lembrar que navio não vai em fazenda, navio não para na indústria, não para no supermercado. Se eu coloco três mil contêineres em um navio, só tem um jeito deles chegarem e saírem do porto: é o caminhão", explicou.

A utilização da cabotagem não acontece sozinha, ao contrário, é utilizada de forma complementar e gera a necessidade da contratação de um frete de curta distância na origem e no destino. "É mais demanda de transporte para o caminhoneiro. E, no frete de curta distância, você tem o valor por quilômetro maior, desgasta menos o equipamento e dorme em casa", alegou.

O ministro defendeu ainda que o fortalecimento da cabotagem irá viabilizar o transporte de cargas que hoje não são transportadas. "O Brasil ganha com isso", destacou.

Cabotagem - O Projeto de Lei 4199/2020, que cria o programa de incentivo à cabotagem, está em tramitação na Câmara dos Deputados e pretende aumentar a oferta do transporte de cargas entre portos brasileiros. É um modo de transporte seguro, eficiente e de baixo custo. Atualmente, representa apenas 11% de participação da matriz logística do país. A ideia é ampliar o volume de contêineres transportados por ano, saindo de 1,2 milhão de TEUs (unidade equivalente a 20 pés), em 2019, para 2 milhões de TEUs, em 2022.

Rodovias - Durante a reunião, o ministro da Infraestrutura destacou investimentos para o fortalecimento do transporte rodoviário de cargas, como os 60 empreendimentos entregues entre 2019 e 2020. Entre eles está a pavimentação da BR-163/PA, que havia sido iniciada há 47 anos e estava inacabada; e outros 21 projetos de concessão que estão em andamento no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Destacou ainda a implementação do Documento de Transporte Eletrônico (DTe) que vai unificar cerca de 20 documentos exigidos para operações de transporte de cargas; a discussão de novos critérios para pesagem; a criação de pontos de paradas de descanso nas rodovias, entre outros.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 18/09/2020

TRANSPORTE DE CELULOSE PELA MRS ATINGE SEUS MELHORES RESULTADOS EM 2020

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 17/09/2020 - 18:53



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/200917-mrs-trem-ferrovia.jpg>

Volumes acumulados na movimentação deste produto ao longo do ano são recorde histórico na companhia

O recorrente recorde das exportações do agronegócio brasileiro no primeiro semestre do ano reforça a importância do setor na economia do país, sobretudo no cenário atual vivido em função da pandemia. Neste setor, a celulose aparece como um dos cinco produtos mais exportados.



Para a MRS, esse cenário é positivo, pois gera uma grande demanda pelo transporte ferroviário de celulose na rota de Jacareí (SP) até o Porto de Santos, principal terminal exportador da carga no Brasil. A empresa vem registrando seguidos aumentos no volume de celulose transportado ao longo de 2020, que caminha para estabelecer um novo recorde da carga. A estimativa é ter um crescimento de aproximadamente 50% no volume transportado, ante o apurado em 2019.

“Estamos com uma operação nova no terminal da margem esquerda do Porto de Santos e temos a operação muito próxima do cliente, o que é essencial para entender as demandas e atendê-las de forma rápida. Essa agilidade e comunicação eficientes com o cliente foram fundamentais para os números que a MRS está conquistando no transporte de celulose”, afirma a coordenadora da Área Comercial da MRS, Mariana Poggian.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/09/2020